

MEMORIAL

O meu sonho era “fazer uma faculdade”: das primeiras leituras de mundo à docência universitária

My dream was to study at a university

Mônica Prates Conrado

Universidade Federal do Pará

<https://orcid.org/0000-0001-8009-9415>

monicaconrado6@gmail.com

Resumo

O meu memorial se baseia na ideia, no sonho que se foi delineando o de fazer uma faculdade e que me levou à docência de uma universidade pública. A acadêmica negra é movida, muitas vezes, pela dor. Essa dor produz conhecimento, essa dor carrega histórias e narrativas trazidas por rastros de minha memória que foram ganhando sentido e construindo perguntas que nortearam a escrita do memorial. É uma sensação que perfaz toda a minha trajetória escolar e acadêmica. E de que modo estereótipos sexuais e raciais constroem e consolidam práticas sociais são trazidas ao longo de todo o texto elaborado em formato de ensaio. A ideia foi subverter o que se espera formalmente de um memorial acadêmico, sem deixar de fazê-lo cumprindo o pretendido ao enfatizar a trajetória acadêmica enredada nas minhas experiências como mulher negra acadêmica porque venho destrinchando, no decorrer desse ensaio, o silenciamento bem ao gosto da lógica meritocrática imposta como moeda de troca, da graduação à professora titular.

Palavras-chave: Rememória; Racismo; Sexismo; Ditadura

Abstract

My memorial is based on the idea, on the dream that was outlined, that of going to university and that led me to teaching at a public university. The black woman academic is often driven by pain. This pain produces knowledge, this pain carries stories and narratives brought by traces of my memory that gained meaning and constructed questions that guided the writing of the essay. It's a feeling that permeates my entire school and academic career. And how sexual and racial stereotypes construct and consolidate social practices are brought throughout the essay. The idea was to subvert what is formally expected from an academic memorial, while still fulfilling the intended purpose by emphasizing the academic trajectory entwined with my experiences as a black academic woman because, throughout this essay, I have been unraveling the silencing to my liking of the meritocratic logic imposed as an exchange currency, from graduation to professor.

Keywords: *Memory; Racism; Sexism; Dictatorship*

Epígrafe

O amor é uma ação, nunca simplesmente um sentimento.

bell hooks

Ao meu filho Caio, amor incondicional.

Ao meu pai amoroso (in memoriam) que me dava livros. Livros alimentam sonhos.

Sumário

1 - Apresentação: Não se faz nada sem o Tempo por isso peço licença ao Tempo	102
2 - O início bem lá atrás faz sentido em um memorial para professora titular?.....	106
2.1 A Influência Cultural dentro de Casa	109
2.2 A Ditadura Militar e o Racismo	110
3. Eut inha um sonho que me trazia esperança: o de “fazer uma faculdade” ...	112
3.1 O sonho de <i>fazer uma faculdade</i> : A primeira da minha geração dos dois lados da família a ter formação universitária	115
4 - “A mulata de olhos verdes” X a universitária: o racismo e sexismo no ambiente universitário	120
4.1 Concurso de dotações para pesquisa sobre o negro no Brasil.....	123

5 – Essa tal de USP! Universidade de São Paulo (1994-2001)	124
5.1 Doutorado Direto na Pós-Graduação em Sociologia.....	127
6 . Aquela conversa em 1998 com as rainhas das águas à beira do rio Guamá rendeu	131
6.1 A migração se deu por sua causa Universidade Federal do Pará (2003-2010) – Parte 1.....	132
6.2 Programa Co-Tutela Capes (Ufpa- Université Paris 13).....	140
6.3 Visita ao Missouri como missão acadêmica no fortalecimento de lideranças afrodescendentes em conexão com o Brasil	142
6.4 Caminhos da (in)formação: sobre a Lei Maria da Penha	144
6.5 Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e Pós-Graduação em Direitos Humanos	145
6.6 2008: nasce o NOSMULHERES. Pela equidade de gênero étnico-racial	146
6.7 A migração se deu por sua causa Universidade Federal do Pará (2011-2019) – Parte II – em destaque três Pós-Doutorados.....	148
6.8 – Minicurso Lélia Gonzalez.....	40
7 – Persistindo, Resistindo.....	152
Referências.....	156

1 – Apresentação: Não se faz nada sem o Tempo, por isso peço licença ao Tempo

Exu inventa o seu Tempo.¹

Muniz Sodré

Com este título para a apresentação, faço alusão ao ensinamento de Yalorixá Mãe Stella que escreveu o livro intitulado *Meu tempo é agora*.² Como me explicou Yalorixá Batia de que a reverência ao Orixá Iroko (o Orixá Tempo, o Orixá que rege o Tempo) nos ensina a ter A Paciência e entender que tudo tem sua hora.

A possibilidade de se organizar para tal rito não se consegue solitariamente em trajetória marcada por pedras como obstáculos ao longo do caminho. Conto com apoio do meu filho que, com lucidez absurda, emite opiniões no modo cirúrgico.

¹ SODRÉ, Muniz. *In: Pensar Nagô*. Petrópolis-RJ, 2017

² SANTOS, Maria Stella de Azevedo. *Meu tempo é agora*. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2010.

Do apoio da minha mais que amiga, irmã que a gente escolhe, presente impagável de Yemanjá, pela sua amizade com quem não tenho segredos, Nalva Luz. Este memorial demandou muito emocionalmente traduzido em um tempo do relógio de quatro anos para dar início a partir de algumas anotações (frases) soltas, guardadas em arquivo de computador. Em 2020: iniciou a pandemia. Precisava, enfim, de Tempo.

E, em nome do Tempo precioso roubado para ler esse memorial e o aceite que, para mim, é valioso em compor a banca, agradeço à Presidenta da banca Profa. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura, ao Prof. Dr. Kabengele Munanga, ao Prof. Dr. Antonio Liberac Cardoso Simões Pires, ao Prof. Dr. Benedito Medrado, à Profa. Dra. Zélia Amador de Deus, à Profa. Dra. Adriana Piscitelli (suplente) e à Profa. Dra. Andreia Bittencourt Pires Chaves (suplente).

Por que não escreveu antes, Mônica? Por que não escreveu mais artigos, Mônica? Por que não escreveu, escreveu, escreveu? Regina Alves (*in memoriam*), nos anos de 1990, me ensinou com seu carinho e acolhimento com cara de colo como Mãe Pequena e revisora de português competente me fortaleceu ao me dar confiança de que eu poderia externar, eu tinha coisas a contar e a sistematizar. A acadêmica negra é movida, muitas vezes, pela dor na construção de uma escrita ativa em constante negociação com as normas acadêmicas. Essa dor de corpos que falam, essa dor que é minimizada, é negligenciada, mas, ao se sentir fortalecida com as leituras de feministas negras e feministas descoloniais, essa dor produz conhecimento, essa dor carrega histórias e narrativas. Isso martelava minha cabeça de tempos em tempos. Aí fui entendendo que tudo tem seu Tempo. E não se faz nada sem o Tempo alinhando o Tempo. O que tenho a fazer e o que eu tenho feito em nome do que se faz hoje estão alinhados com uma história atrás de si. E eu não me via na escola, na universidade, como se eu entrasse em uma casa que não era minha e muito menos convidada, então não me sentia bem-vinda. É uma sensação que perfaz toda a minha trajetória escolar e acadêmica.

Ao escapar como escolha da objetividade (imposta) como modelo padrão para o memorial, para contar histórias e tecer relatório, ao mesmo tempo, sem me livrar do pretendido com o que é esperado em produto como tal, dando margem, segundo o exercício exaustivo, desgastante, necessário do exercício interpretativo que quis provocar/incitar, fui escrevendo uma página e outra que demandava meses para retomar para ver no que ia dar e que levou períodos longos sem conseguir continuar. Previa as dores das marcas que, em processo de cura, estão

ainda lá, mas não arrancadas, posto cicatrizes. Abandonei, retomei, escrevia pouquinho, olhava, revirava e deixava de lado em nome de outras prioridades estabelecidas pelas obrigações e responsabilidades diárias.

Quando decidi, aos 51 anos, escrever um romance, me vinha à mente o que me impedia, conforme anunciei no livro, que “Eu sempre ouvi histórias, mas não me “arriscava” a contá-las. O racismo sempre me impediu escamoteado em dúvidas, incertezas, inseguranças”³ À sua realização, contei muito com o incentivo e conversas com Zélia Amador e Benedito Medrado que escreveram, respectivamente, prefácio e apresentação me deixando honrada. Alef Monteiro padronizou e publicou com competência. Thiane de Nazaré Monteiro Neves Barros leu com entusiasmo e escreveu um texto pungente sobre o romance.

Em respeito à minha própria história editada nesses escritos, a ideia foi subverter o que se espera formalmente de um memorial acadêmico, sem deixar de fazê-lo cumprindo o pretendido com dedicação ao enfatizar a trajetória acadêmica enredada nas minhas experiências como mulher negra acadêmica porque venho destrinchando, no decorrer desse texto, o silenciamento bem ao gosto da lógica meritocrática imposta como moeda de troca, da graduação à professora titular, tendo como justificativa as atividades desenvolvidas em minha formação profissional-acadêmica.

O meu memorial se baseia na ideia, no sonho que se foi delineando o de *fazer uma faculdade* e que me levou à docência de uma universidade pública. A pesquisa antropológica e docência fazem parte da minha formação e carreira acadêmica, ao mesmo tempo. Ah, porém, os percalços não terminam e permanecem pavimentando esse caminho; desde o lugar de estudante à professora universitária.

O meu caminho foi trilhado, relacionalmente, entre militância e academia, inseparavelmente. Algo que, nos anos de 1980 e 1990, ainda se via de modos distintos, até antagônicos. A militância acadêmica foi-se constituindo, ao longo de duas décadas, na Universidade Federal do Pará. É o “Tornar-se e ser negro(a) no espaço branco. Um drama, um dilema, uma encruzilhada.” (RATTS, 2009, p.06)

Uma pergunta que permeia a decisão/exigência de me preparar para esse rito de passagem é a indagação de quantas professoras negras produziram seu

³ CONRADO, Mônica. *Meu mundo! Eu, rio e Mar*. Castanhal: Monteiro Editora; Belém: NOSMULHERES, 2020. <https://drive.google.com/file/d/1Qg2L3T0bCGYIOOllsnNrzoHWcW3qbd4W/view>

memorial. Quantas docentes negras fizeram o pós-doutorado? Sobre mulheres negras na docência superior, segundo Edicleia Lima de Oliveira (2020):

[...] produzimos uma revisão da literatura sobre os estudos das mulheres negras na docência universitária entre os anos de 2008 e 2018. Foi lançada mão das bases de dados Periódicos Capes, Periódicos Scielo e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Inicialmente foram feitas pesquisas nessas bases, no entanto, nos periódicos Capes e Scielo não foram localizados estudos sobre a temática nesse período de tempo, já no banco de teses e dissertações foram encontrados sete estudos. Essa dificuldade em localizar pesquisas que abordem sobre professoras negras na educação superior também aponta dados relevantes, levando em consideração que pouco tem se abordado sobre esse tema, o que demonstra uma efetiva necessidade de estudos que se proponham a pesquisar sobre as mulheres negras, principalmente na docência da educação superior.

A escrita autoral traz uma história atrás de si porque carrego comigo experiências que (podem) dialogam(r) com outras histórias de mulheres negras que, embora singulares como devem ser lidas, dão sentido a esse exercício de escrever um memorial. Histórias que são presentificadas numa escrita negra. E que venham muitas e muitas mulheres negras a escrever seu memorial.

Um memorial de uma vida acadêmica demandou um tempo além do tempo do relógio, um tempo simbólico de rememorar, de encontrar forças, de autocura administrando a ansiedade a fim de que a serenidade, fruto de paz interior fundamentada pelo meu Ori, necessária para escrever o que se traduz como superação e se (realmente) vale a pena.

As Feministas Negras são as minhas referências clássicas. Elas me movem a seguir em frente. Interrogar o lugar de onde falamos, lugares de bases sexistas e racistas que se baseiam na concepção e visão de mundo a serem rompidas e as epistemologias que nos guiam e nos orientam para uma formação acadêmica. Interrogar de onde falamos e sobre o que falamos. As bases de conhecimentos em que nos alicerçamos. Precisamos questionar sempre a perspectiva de nossas referências. Daí persiste o meu caminhar “...como se fosse reza forte, de que devemos sobreviver às nossas próprias histórias” (CONRADO, 2020).

Eu trouxe para o memorial a maioria das publicações que são desdobramentos como produto e interesses de pesquisa, como demonstro ao longo do texto, minha formação, docência e pesquisa estão inextricavelmente conectadas. No exercício da docência, a teoria ganha movimento, flui demonstrada sua aplicabilidade a partir de perguntas e hipóteses de pesquisa.

2 – O início bem lá atrás faz sentido em um memorial para professora titular?

Estava falando do tempo. É tão difícil para mim acreditar no tempo. Algumas coisas vão embora. Passam. Algumas coisas ficam. Eu pensava que era minha memória. Sabe. Algumas coisas você esquece. Outras coisas, não esquece nunca.

Amada

Toni Morrison, SP, Cia das Letras, 2006.

A importância de livros infantis desde a infância fez toda a diferença. Havia um sorteio para entrada em um jardim de infância como referência no Rio de Janeiro, naquela época: 1973 e 1974. Fui feliz naquele espaço destinado a crianças chamado de jardim de infância e tinha acesso a muitos livros infantis, por isso foi marcante que há quase 49 anos atrás se faz lembrança trazida e reconstituída aos pouquinhos, apesar do clima da Praia Vermelha - área militar. Soldados o tempo todo ficavam ali de prontidão. Soldados o tempo todo. Soldados em todo lugar. Urca: área militar. Na Praia vermelha, estão situadas duas Escolas do Exército: a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e o Instituto Militar de Engenharia. Do outro lado da ponta da Praia Vermelha, localizava-se o Jardim de Infância Gabriela Mistral (1889-1957) cujo nome é uma poetisa, educadora e diplomata chilena, sendo o primeiro nome da América Latina a vencer o Prêmio Nobel de Literatura.

E à base de sorteio, Jardim de infância público adentrei ali e meus irmãos também. Ingressei naquele espaço que, em primeira experiência, aos 4, 5 anos, sabia que ver coisas novas fundamentais para uma criança davam sentido e movimentavam a minha vida e me impulsionavam. Em casa, meu brincar com bonecas de papel que mudavam de roupas de papel recortadas de revistas e que moravam juntas em uma escola com dormitório. E me imaginava morando em uma instituição assim. Décadas depois, entre 1994 e 1998, morei no Centro Residencial da Universidade de São Paulo – CRUSP destinado aos pós-graduandos. Tinha essa compreensão desde os primeiros anos com os livros infantis que meu pai trazia, mesmo antes de ser alfabetizada. Foi isso que me trouxe, decisivamente, para o caminho que trilhei profissionalmente. Traduzia isso a cada época, desde a infância, de acordo com a maneira de elaboração para cada momento, idade e época para cada contexto vivido.

A liberdade de rolar na grama que eu ia conquistando, a baía de Guanabara ali, o Pão de Açúcar, de chegar no fusca do papai para o meu canto de felicidade mesmo

que aquele espaço tivesse repressor à sua volta, eu sempre atrevida mostrava língua aos soldados firmes, como estátuas. Quando ingressei, aos 6 anos, na escola, ainda ia lá porque meus irmãos mais novos estavam lá matriculados. Lembro nitidamente que a gente passava pela calçada da Escola Militar com pressa e desviávamos o olhar para aquela direção. O que se desvela ao se fazer história de minha trajetória contextualizada com o momento político do país.

Lembro, de modo incrível, quando tinha 5 para 6 anos de idade, da professora do jardim de infância de quem mais gostava. Ela era atenciosa e carinhosa comigo. Solange ia se mudar para a Inglaterra por causa do namorado. Pequenas lembranças vão ganhando sentido muitos anos depois. Ela ia embora. Nunca a esqueci. Sua atenção me fez falta ao longo de toda a minha formação educacional. Pessoas “iam embora”. Era assim que eu traduzia. O meu padrinho de cabelos longos, estudante de filosofia ou professor de filosofia, não sei bem. Eu sei que ele tinha estudado na Universidade de Brasília. Afinal, quando decidi fazer a pergunta, ao revisitar minhas lembranças que emergiam, como se fossem pedaços de fotos que iam se colando, que demoravam anos, décadas, quem podia responder já tinha falecido: meus pais. Sua mãe, Luíza, era a minha madrinha. Depois, foi-se perdendo contato ou ela falece anos depois. Nem sei dizer. Pouco tempo atrás, perguntei ao meu irmão se lembrava dele e me respondeu que não. A uma tia e tio que também não se lembram dele. Ele aparecia rapidamente, muito pontualmente. Eu ganhei dele o livro *O Pequeno Príncipe* e o maior ovo de Páscoa que tinha recebido, talvez em 1975 ou 1976. Nunca mais soube dele. Ouvia pedaços de história, trechos de conversas que eu lembrava com mais nitidez décadas atrás, depois não me lembrei mais dos detalhes. Emerge algo, vão-se outros.... Nessa escrita, recordei-me de meu pai chegar em casa abalado e ouvi-lo contar à minha mãe de um colega de trabalho de quem gostava muito e depois outro que soube que foram presos chamados de “subversivos” porque já fazia dias que não apareciam, assim eram rotuladas pessoas que lutavam contra a ditadura.

Alguns anos atrás, deu um *click* em minha cabeça quando assisti ao filme “O ano em que meus pais saíram de férias”⁴, de Cao Hamburger que traz à tona

⁴ “Em 1970, Mauro (Michel Joelsas) é um garoto de doze anos que adora futebol e jogo de botão. Um dia, sua vida muda completamente, quando seus pais saem de férias de forma inesperada, deixando-o aos cuidados do avô, e prometendo voltar antes do fim da Copa do Mundo. O avô, entretanto, falece, e Mauro precisa ficar com Shlomo, um vizinho velho e solitário.

Enquanto aguarda um telefonema dos pais, Mauro acompanha o desempenho da seleção brasileira.

Tratando mais do drama familiar, o filme mostra como o futebol foi associando às “grandes maravilhas” daquele governo, como o milagre econômico. <https://memoriasdaditadura.org.br/filmografia/o-ano-o-ano-em-que-meus-pais-sairam-de-ferias>. Capturado: 5.06.2021

memórias da ditadura de um garoto de 12 anos quando seus pais foram presos. Dói em mim porque vêm rastros de minha memória que foram ganhando sentido e construindo perguntas em ritmo desencontrado com o tempo de vida de meus pais, porque, ao longo dos anos, carreguei, para sempre, trechos de conversas que dariam luz às minhas indagações em construção ao longo do tempo já que não são mais possíveis porque o “tempo de vida de meus pais” e os rastros não coincidiram com o “tempo de fazer perguntas”.

Inspirada em Ecléa Bosi (1994), os retalhos cortados e costurados pelo tempo trazidos pela memória teceram a colcha de retalhos que serve de base para dar sentido ao memorial baseado na minha “experiência do vivido”. (COLLINS, 2000). Desde a época da graduação (1987-1990) até o início dos anos 2000, fui adquirindo literatura especializada que abordava a época da ditadura como leitora voraz.

Desde cedo, fui aprendendo que o tempo da escola no primeiro grau (atual ensino fundamental): aprendizados, trocas como um lugar que dá prazer de estar inexistia para mim, salvo em dias muito pontuais. Feminista negra acadêmica, 55 anos, mãe do Caio, filha de migrantes do sul da Bahia, Itabuna. Família de origem de comerciantes de feiras livres, do lado paterno, avô herdeiro de mais de roças de cacau que migrou de Sergipe para trabalhar em terra, plantando e cultivando como migrante negro cuidando de suas roças, mas, já que não tinha recurso para sua manutenção, tornou-se arrendador de suas terras de cacau com valores pagos defasados; perdendo tudo, perdeu muito (década de 1970). O que era pago se tornou tão defasado que comprometia até sua sobrevivência, o seu próprio sustento. A minha avó, Maria Rosa, comerciante na feira livre, dona de barracas, teve vários filhos e ainda adotou várias crianças. Maria Rosa era conhecida e muito querida na cidade de Itabuna, originariamente de Floresta Azul, ambos municípios do sul da Bahia.

Em 1958, papai migra para o Rio de Janeiro. Sempre ia e voltava para Itabuna passar temporadas. Irmã mais velha, tia Raquel já estava no Rio. Irmãos migram e trazem, ao longo dos anos, os mais novos. Minha mãe, namorada de meu pai em Itabuna, migra para o Rio de Janeiro, anos depois. Eu nasci no dia 11 de janeiro de 1969, no Hospital da Lagoa- RJ. Ao longo dos anos, irmãs e irmãos de ambos os lados da família migraram, com a ajuda dos mais velhos, para o Rio e, depois, avó e avô maternos também de Itabuna vieram. Meu pai com formação técnica em Contabilidade trabalhou a vida inteira em RH (Recursos Humanos), no chamado departamento pessoal. Atuava como auxiliar de contabilidade e, depois, junto à chefia de departamento pessoal,

por praticamente quarenta anos, desde que chegou ao Rio de Janeiro. Minha mãe terminou o ensino fundamental e cursou o ensino médio nos anos de 1977, 1978 e 1979. Avós e avôs maternos e paternos eram alfabetizados, sem formação completa do ensino fundamental. Meu pai lia mais de um jornal por dia, religiosamente e tinha uma forma de arrumar e organizar os jornais. Não se amassa e nem bagunça aquilo que lê. Era a mensagem ali embutida. Estudar e, principalmente, gostar de estudar se constituía como valor positivo, no âmbito da família extensa.

2.1 A Influência Cultural dentro de Casa

Aquele que aprende ensina.

Provérbio africano

O cinema passou a fazer parte da minha vida. Eu sou cinéfila. Em casa, aos finais de semana, meu pai assistia à tv aberta, no horário que fosse, aos finais de semana, filmes premiados, grandes produções de Hollywood considerados clássicos. Eu assistia a trechos ou aos filmes por inteiro. Às vezes, eu acordava e, por detrás do sofá, de madrugada, via meu pai colado na TV. Aos sábados, as chanchadas brasileiras. Domingo à noite, assistíamos a todos os filmes da sessão Charles Chaplin que era momento de alegria e de muito riso.

Eu o ouvia comentar sobre às vezes a que assistiu *Laranja Mecânica*, *Dr. Jivago*, *A Ponte do Rio Kway*, *Um Estranho no Ninho*, filmes com Kirk Douglas, *E o Vento Levou*. Todo ano fazia questão de nos levar para o carnaval fantasiados. Já fui cigana, baiana nos bailes infantis. Todos os anos, sem exceção. Meus pais ouviam cantores baianos Caetano Veloso, Maria Betânia, Gal Costa e outros como Maysa. Lembro-me de, anos atrás, eu e meu irmão André recordarmos que sabíamos ainda a letra das músicas de fossa da Maysa de tanto que ouvimos. Havia álbuns de Steve Wonder e aprendi a cantar suas músicas. Na infância, papai sempre nos levava ao cinema e ao teatro, além de termos muita diversão em parques e praias. Não me esqueço de ter assistido à montagem de *Os Saltimbancos*, na casa de show Canecão, no Rio de Janeiro. De ter assistido à *Flauta Mágica* de Mozart. Tudo isso fez uma enorme diferença.

Ele tinha discos de grandes produções cinematográficas. Filmes de produção italiana, como Fellini, e amava trilhas sonoras como a do filme *Dr. Jivago*. Cenas épicas de filmes gravadas em minha memória. Aos domingos, o silêncio na mesa de almoço, ouvindo trilhas sonoras de grandes produções cinematográficas era ritual

sagrado para o meu pai, sendo considerado momento de fazer silêncio quando ele avisava que ia colocar o disco para tocar para mergulharmos na atmosfera das trilhas sonoras. As trilhas sonoras italianas eram as suas preferidas.

Durante a faculdade, eu ia a sessões e festivais nos cineclubes do Rio de Janeiro e, durante a pós-graduação, em São Paulo, aos festivais. Muitas vezes com o dinheiro contado, mas não perdia. O lanche, inúmeras vezes, foi sacrificado. Quando havia festivais de cinema de diretores de que eu gostava, era todo dia cinema após a aula. Eu não me lembro de comprar roupa, mas de contar dinheiro para comprar livro usado, no sebo e de ir ao cinema. O cinema me ajuda e me ajudou a compreender muita coisa que acontecia, faz parte intrínseca do desafio de me reinventar.

Nos festivais de cinema, sempre levei o Caio para o cinema: dos *cult*, aos comerciais e com temáticas sensíveis voltadas para adolescentes. O cinema tem caráter terapêutico, lúdico e catártico. Caio também adora. É algo que aprendi com o meu pai que segue para o meu filho. O cinema me ajuda e muito como indicação aos estudantes e a trazer exemplos em sala de aula. Hoje, estou estudando, na verdade, a produção de roteiro para o audiovisual.

No mundo da literatura, sempre ganhamos livros de contos infantis, discos com narração de contos infantis e música – os compactos com cirandas que eu, particularmente, ouvia muito. Do Machado de Assis, li a maioria dos livros e contos a que consegui ter acesso. Quando criança, li muitos contos, histórias, gibis e a enciclopédia com vários volumes dos contos infantis dos Irmãos Grimm. Guardei por décadas o livro *O Pequeno Príncipe* e o meu livro de capa dura *A Sereiazinha* de Hans Christian Andersen.

2.2 A ditadura militar e o racismo

A mulher de dentro de cada um não quer mais silêncio.

A mulher de dentro de mim cansou de pretexto.

A mulher de dentro de casa fugiu do seu texto.

Elza Soares

A repressão, ditadura sanguinolenta e esmagamento de toda e qualquer reflexão crítica, que somente posso trazer como processo de compreensão o significado e impacto, vão ganhando força, no início da adolescência, em 1984. Essa primeira sensação de mudança foi o impacto ao assistir, na TV, *flashes* do comício de Diretas, em 1984. Era meu primeiro ano do ensino médio, aos 15 anos de idade. Era algo que

me congelava à frente da TV. Decidi pela área de Humanidades, naquele momento, fazia todo sentido escolher cursar Comunicação e Ciência Política.

É importante nomear que uma parte do ensino fundamental foi na Escola Municipal Alencastro Guimarães, em Copacabana, o antigo C.A (classe de alfabetização) e o antigo primário (da primeira à quarta série) quando o racismo já foi se cristalizando em minha trajetória escolar. Sentia que era inferiorizada pelas meninas brancas moradoras de um dos prédios próximo da escola como era o meu caso que também morava nas redondezas. E havia estudantes da Ladeira dos Tabajaras, da comunidade da Zona sul do RJ, estes eram os colegas com quem eu buscava conversar. Estudantes da Ladeira sentavam atrás, as meninas brancas e rapazes brancos da Zona Sul, na frente e recebiam toda a atenção das professoras. Eu sentava mais para atrás. Uma configuração espacial que reproduz desigualdades raciais e socioeconômicas. Assim, aprendi desde cedo que a escola é lugar disciplinar para policiar emoções e comportamentos como negação e apagamento de sua origem racial segundo a cor de sua pele e traços fenotípicos.

Uma vez, em uma prova, escrevi golpe e não revolução numa pergunta sobre o ano de 1964. A maioria das provas da matéria intitulada Moral e Cívica⁵ eram de múltipla escolha, no antigo primário. Poucas eram perguntas para serem respondidas. De onde veio essa informação? Não faço ideia. Não lembro qual era exatamente a série que eu cursava (segundo ou terceiro ano do antigo primário - 1977 ou 1978), mas não esqueço como fui tratada, chamada a atenção com uma bronca danada. Permanecia sentada na minha carteira enquanto a professora, em pé, na frente do quadro, me fez sentir humilhada já que era invisível e me tornei ali “presença”.

Desde o antigo primário, esse ambiente tóxico, intimidador e racista se fazia presente ao exigir a “boa aparência” associada ao cabelo para trás, amarrado em um rabo de cavalo que doía a cabeça e chafurdava a raiz do creme Neutrox “para não parecer cabelo duro” - carregado da ideia de andar arrumada incutida em minha sociabilidade. No curso de inglês da Cultura Inglesa (dos 9 anos aos 16 anos), a preocupação se tornava ainda maior durante às terças e quintas-feiras: dia de estudar inglês em um curso em que não me lembro de enxergar outras negras e negros.

⁵ As disciplinas Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) faziam parte do currículo escolar. As matérias tornaram-se obrigatórias a partir de 1969, por meio do Decreto Lei nº 869, que determinava o ensino em escolas de todos os graus e modalidades. <http://red globo.globo.com/globoeducacao/noticia/2013/07/moral-e-civica-e-ospb-existiram- apenas-durante-o-governo-militar.htm> Capturado: 20.12.2020

Com a compra de casa própria, nos mudamos para Campo Grande, na zona oeste da cidade, onde cursei o antigo ginásio e segundo grau (ensino médio).

Desde então, passei a estudar em escolas particulares: o Colégio Campo Grande, no ginásio, da 5ª à 8ª série. Lembro-me da professora de matemática, senhora negra com mais de 50 anos que era humilhada pelos alunos rotulados de bagunceiros, o que equivale ao que se diz, hoje em dia, quando “se passa pano” porque o racismo ali não era identificado. Não acontecia o mesmo com as demais professoras e professores. E me dói não lembrar de seu nome. Algo que me assustava e me constrangia. Eu me sentia mal com tudo aquilo. Colocaram, mais de uma vez, um pó na cadeira da professora que produzia coceira e impedia que a aula continuasse. Ela resistia com determinação. Ela era firme, batalhava para ensinar e não desistia. Uma vez bloquearam a porta para que a professora entrasse primeiro e ligaram o ventilador de teto que espalhou um pó de origem desconhecida para mim. Ela mandava para a direção, expulsava de aula. Nessa escola particular, na zona oeste da cidade, que não era considerada das mais conceituadas, como as escolas católicas, eu tinha colegas negras e negros, em número sempre menor, evidentemente, que colegas brancos.

O Colégio Rede MV1, preparatório para o vestibular, era considerado, naquela época, um dos melhores do RJ com várias unidades pela cidade para quem desejava se preparar para o vestibular. Da minha turma, seguimos os três anos juntos, éramos eu e mais duas colegas negras e mais um colega negro. Eu me lembro de uma turma gigante com aulas dadas em um palanque.

3. Eu tinha um sonho que me trazia esperança: o de fazer uma faculdade”

Eu acredito que o maior privilégio de uma vida é
verdadeiramente ser quem você é.

Viola Davis

Estudar carregava a ideia de algo que eu buscava: autonomia e *fazer uma faculdade*. Os anos de 1984, 1985 e 1986: ensino médio e o sonho de ingressar em uma universidade pública. Três professores negres no ensino médio quando tínhamos mais de meia dúzia de professores a cada ano/série do antigo segundo grau (ensino médio).

A professora Shirlei, professora negra retinta, era linda, elegante, com postura de bailarina, imponente, culta! Era a professora de história. Ela organizou uma ida ao cinema para assistirmos ao filme *Quilombo*, de Cacá Diegues, no ano de seu lançamento: 1984. O seu esforço em discutir essa noção de liberdade trazida pelo filme em momento como aquele era de grande significado. Ela sempre dizia, em voz alta, como o meu nome e sobrenome eram bonitos.

Outro grande professor, também negro, era o Maurício de literatura com exemplos majestosos da literatura brasileira, diversos eram conhecidos por mim por ter lido muito durante a adolescência. A sua erudição era majestosa, impressionante e dizia para ouvirmos um poema em absoluto silêncio.

Na sala, com dezenas de estudantes, o deboche, o cinismo como estratégia racista. Já vi o mesmo estudante levar banana, mais de uma vez, dizendo que ia entregar à professora Shirlei para o lanche. Isso me fez lembrar o que acontecia frequentemente com a professora de matemática negra que sofria com situações ofensivas criadas pelos alunos, no ensino fundamental, o que não acontecia com as demais professoras e professores.

A professora Shirlei era brilhante. Nesses exemplos de professoras e professores negros, sentia o esforço em superar diante da rudeza, desrespeito, racismo que sofriam em sala de aula. O professor de Literatura, Maurício, negro retinto tinha gana de ensinar naquela sala. Tanto ela como ele eram cultos. E reconhecidos pelo Colégio como os melhores. Outro professor de história, no terceiro ano, também era a referência em que eu poderia me ver. Minha xará, Mônica, após esses reencontros via *Orkut* e *Facebook*, me lembrou que eu fui influenciada por outro professor de história, negro que lembrava Steve Biko (ativista sul africano antiapartheid nas décadas de 1960 e 1970).

Identificar-se com professor/a(s) de seu grupo racial é muito mais que se ver ali representada porque, quando o assunto é representatividade, é imaginar-se na iminente possibilidade de ver a si mesma naquele lugar, dentro de sua própria história projetada, por se identificar com o que eles/as faziam ali naquele momento. Evidentemente que tal explicitação só advém no presente, ao rememorar o passado que me levou a processar sobre sentimentos que estavam ali borbulhando que me fizeram conseguir, dentre outros fatores, como o incentivo indispensável do meu namorado, à época, que teve um papel importante. Já formado em economia e

em segundo curso na faculdade de filosofia no IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, com ele aprendi muito a desafiar normas bastante conservadoras que me engessavam, era um autodidata e leitor voraz de Nietzsche, Deleuze e Antonin Artaud. Afonso Celso, amigo até hoje, ator e professor que me levou para assistir à peça de teatro baseada na obra de Luigi Pirandello “Assim (se lhe parece)” com 17 anos de idade instigando a reflexão crítica ao estado de coisas que vivíamos nos anos de 1980.

Guardei por anos o recorte de jornal que trazia o meu número de aprovação no vestibular. Eu passaria para Medicina na chamada reclassificação da época: vestibular de 1986. No segundo ano do ensino médio, em 1985, fiz o vestibular e passei. Eu tinha escolhido o curso de Turismo somente ofertado em faculdade particular e inexistia na UFRJ. O curso era na chamada Faculdade da Cidade, na Lagoa. Eu me sentia influenciada pelo tio Dino (*in memoriam*) que, ao longo de toda a sua vida, trabalhou na mesma agência quando migrou de Itabuna para o Rio de Janeiro, como *office-boy* até se tornar gerente. Existia a ideia de ampliar horizontes que o curso de turismo poderia possibilitar. Passei no vestibular como exercício para o vestibular com 16 anos. A inscrição foi paga pela escola-curso preparatório para o vestibular. E, por ter gabaritado as questões de história e alcançado uma excelente pontuação, fui contemplada com o pagamento da inscrição para o vestibular para ingresso em 1987, para o curso de Ciências Sociais que era ofertado pelo colégio para os que tinham as melhores notas.

Na verdade, eu já havia repensado a opção porque estava muito atenta com os acontecimentos. Isso me levou a desistir do curso de Turismo. Também não existia este curso nas universidades públicas e esta era a única possibilidade de cursar uma faculdade. Além disso, acompanhando, em 1984, as Manifestações pelas Diretas, meu interesse se ampliou para Comunicação – Jornalismo. A intenção era noticiar sobre as consequências nesse país que estava como chaleira em ebulição, nas ruas, em manifestações pela abertura democrática. Pensei: o curso de Ciências Sociais me dará base para me tornar uma jornalista engajada voltada às questões políticas e sociais. Só que, por meio de leituras e acompanhamento atento da realidade, fui me dando conta que escrever e comentar de verdade sobre questões políticas não era possível já que não havia liberdade para escrever e o que era escrito estava condicionado, censurado ao perfil editorial.

Em 1986, acompanhava meu namorado em aulas de Filosofia, assistia a aulas de Roberto Machado sobre Foucault, Nietzsche, no IFCS e, em 1987, me tornei estudante universitária. Em 1988, a ideia de me tornar jornalista já tinha se desvanecido diante da falta de liberdade de escrever condicionada a estar vinculada ao perfil editorial onde trabalharia. Esta era a minha compreensão na época sem muito conhecer sobre a liberdade da imprensa e luta política de vários setores, inclusive, de jornalistas. E, conjuntamente com essas questões, a necessidade de um emprego se tornava prioridade já que alguns bicos, muito esporádicos e pontuais, não eram minimamente suficientes. Antes de ingressar na universidade pública, como me manter?

Ao final do ano de 1986, durante um processo de seleção, concorri a uma vaga para aeromoça (hoje, comissária de bordo) pela antiga Cia Aérea Varig. Fiz todas as provas, desde os nove anos de idade estudava inglês na Cultura Inglesa. Era um caminho para seguir estudando porque pensava em voos Rio-São Paulo o que seria uma possibilidade de continuar estudando. Meus pais tinham se separado quando eu tinha dezesseis anos e a situação financeira estava bem difícil. O processo me exigiu vestidos novos, saltos altos. Quando restava a prova de microfone, fui dispensada. Depois de semanas, meu namorado aguardou um tempo para me contar que conversou com o psicólogo que informou que “o meu tipo já tinha” no perfil da empresa. O racismo excluindo escolhas profissionais.

A ideia de ser jornalista e comentarista política também morria ao final dos anos de 1980. Buscava liberdade e no campo das ciências sociais. Então, a minha formação focou em uma paixão que nascia: a Antropologia com as aulas do professor José Reginaldo Santos Gonçalves sobre os pós-estruturalistas, aulas com Maria Lina Leão Teixeira e Regina Novaes.

3.1 O sonho de fazer uma faculdade: A primeira da minha geração dos dois lados da família a ter formação universitária

Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo.
Ângela Davis

Eu sou a primeira de todas as gerações anteriores de ambos os lados da família a ter um curso superior. Somente gerações seguintes de primas e primos

(de ambos os lados da família) foram cursar ensino superior. No grupo de *WhatsApp* composto de primas e primos da família Conrado, todos nós temos um curso superior: enfermeiro, 02 analistas de tecnologia da informação, médica, turismóloga. Isso ocorre a partir da geração que tem menos de 45 anos do lado paterno. Eu tenho 55 anos.

Tema da redação do Vestibular de 1986

Sê inteiro em tudo que fazes.

Fernando Pessoa

Sê inteiro em tudo que fazes.

Para ser grande, sê inteiro: nada

Teu exagera ou exclui.

Sê todo em cada coisa. Põe quanto és

No mínimo que fazes.

Assim em cada lago a lua toda

Brilha, porque alta vive.

Foi o que caiu no vestibular, naquele ano de 1986, como exercício de interpretação de texto. Ler esse poema me trouxe (mais) determinação. Guardei por anos o recorte de jornal com o meu número de inscrição com a minha aprovação para Ciências Sociais – manhã, UFRJ com uma pontuação que me levaria ao curso de jornalismo se tivesse feito esta opção extremamente disputada na época com pontuação para reclassificação em Medicina.

Ingressei no curso de Ciências Sociais, em março de 1987. Vivi a vida política na Cinelândia, região central carioca já que o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCS-UFRJ) está localizado no Largo de São Francisco, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Ser estudante universitária de Ciências Sociais me trazia uma conexão direta com o ambiente político das passeatas, comícios, protestos, marchas. Não era uma escolha, mas sim era um desdobramento das próprias escolhas de formação universitária diretamente contextualizado também com o debate nas ruas,

nos comícios, no tradicional Bar-restaurant Amarelinho e de outros bares nos arredores para tomar cerveja acompanhada das conversas sobre a condução do país e esperança quando íamos nos encontrando com os colegas do curso e de outros também de Humanidades. Estar nas ruas nas manifestações, marchas, assistir aos debates nos palanques políticos, bem ali na região central e toda efervescência daquela época fazia sentido em estar em sala de aula e vice-versa. Fui conectando pontos, conversas que ouvi entre infância e adolescência, como mencionei anteriormente, nada era dito diretamente o que demandou décadas. Era uma época de efervescência política com a Constituinte de 1988 e manifestações por eleições em busca de um governo de esquerda.

Em 1988, fiz parte, como estudante de graduação, do Arquivo Abolição⁶ ao acompanhar eventos realizados na capital do Rio de Janeiro com produção de relatórios, entrevistas com participantes na Comemoração dos 100 anos da Abolição. Dando início em minha vida ao fazer etnográfico como “a própria teoria vivida [...]” (Peirano, 2008, p.3) tendo como base e fundação os estudos das relações raciais iniciados no Núcleo da Cor-UFRJ. Fiz parte do Núcleo da Cor com bolsa de Iniciação Científica⁷ até 1989 e, depois, bolsa de Aperfeiçoamento em 1990.

⁶ Caderno de anotações, capa dura e manuscrito, mantido por Yvonne Maggie durante o Projeto Abolição. Contém relatos sobre os eventos relacionados à abolição em que esteve presente. São eles: Varal da Abolição, no Rio de Janeiro (10/05); Marcha, no Rio de Janeiro (11/05); Missa Compromissal e Missa dos Quilombos, no Rio de Janeiro (12/05); Missa e evento no Museu Imperial, em Petrópolis/RJ (13/05); Cruza São Sebastião, no Rio de Janeiro (13/05); Colóquio Escravidão, organizado pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (12/05); Evento Força Negra: cem anos de luta (18/05); Evento Liberdade Escravidão, na Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA (23-27/05); Congresso Internacional da Escravidão, em São Paulo (13-18/06); Colóquio Internacional do Departamento de História da UFRJ (12/06); I Encontro Nacional de Preservação de Sítios Históricos Negros (24-28/10); Evento Negro, religião e cultura, em Salvador/BA (17-20/?); Seminário Cativo e Liberdade, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (18/11); Kizomba São Paulo, na Associação Cultural Agostinho Neto (12/11); e a programação de eventos em Maceió/AL (18-20/11). Contém também anotações pessoais, programação, apontamentos de reunião e compromissos. Inclui como anexo um conjunto de folhas com anotações diversas, como endereço, lista de presença de evento e critérios de avaliação de cursos e um postal do Memorial Zumbi, em Alagoas. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/ym/textual/caderno-de-anotacoes-capa-dura-e-manuscrito-mantido-por-yvonne-maggie-durante-o-projeto-abolicao-contem-relatos-sobre-os-eventos-relacionados-a-abolicao> . Capturado: 06.06.2022

⁷ “Criamos um programa chamado Laboratório de Pesquisa Social, com a ideia de juntar pesquisa e ensino já no primeiro ano da faculdade em 1986. Por meio de bolsas concedidas pelo CNPq, o objetivo era apoiar os alunos que tinham dificuldades em se manter na universidade por falta de recursos. O programa foi iniciado com a ajuda do CNPq, mas logo depois teve um grande apoio da Fundação Ford [...] Também atuava no grupo de pesquisa Núcleo da Cor em que reuníamos intelectuais de todas as cores para estudar a temática do negro no Brasil. Naquela época, era um tema desprestigiado. As pessoas pesquisavam cultura negra e religião, mas quase ninguém trabalhava com pesquisa sobre relações raciais.”. Entrevista realizada com Yvonne Maggie. <https://revistapesquisa.fapesp.br/yvonne-maggie-antropologa-das-religoes-afro-brasileiras> Capturado: 28.05.2022

De 1990 a 1991, bolsa de Aperfeiçoamento da Fundação FORD. Com bolsa de Iniciação Científica, o objetivo do projeto Beleza Negra, com bolsa do CNPq, foi mapear os concursos de beleza voltados à mulher negra, no ano de 1988 (ano do centenário da Abolição). O interesse foi explorar os elementos que são levados em conta na constituição do perfil da mulher negra brasileira por meio de uma estética africana. A iniciação Científica: pensar a afirmação de identidade política da estética negra. Coisa que se poderia perceber muito antes, lá em 1945, com leituras sobre o Teatro Experimental do Negro. A valorização de uma estética negra como questão política, daí, com esse interesse de valorização dessa estética, de afirmação da identidade.

O trabalho que fiz durante a graduação para uma disciplina de sociologia ministrada por Ana Maria Galano sobre pensadores brasileiros nos apresentou Guerreiro Ramos. A leitura me trouxe mais autoconfiança sobre a minha escolha ao trazer o pensamento de tão importante intelectual para pensar a questão racial no Brasil e tive orgulho do que escrevi. Recebi uma nota baixa, mas fui conversar com a professora sobre a nota e expliquei sobre como construí o trabalho. Tinha uma enorme importância para mim. Ela disse que tinha se equivocado e alterou a nota. A importância desse relato é assinalar o impacto positivo de leituras como essas na minha trajetória acadêmica e, sobretudo, à minha autoestima.

Em 1988, apresentei o trabalho resultante de pesquisa *O Lugar da Cor nos Concursos de Beleza no Ano do Centenário na XI Jornada Interna de Iniciação Científica*. Em 1989, no segundo ano, dei continuidade ao projeto de Iniciação Científica com bolsa de Aperfeiçoamento (1990-1991): *100 anos depois: a Mulher Negra no Brasil* desenvolvido no Núcleo da Cor-UFRJ e Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos – (Praia Vermelha –UFRJ) abordava, por meio dos principais jornais de circulação do país, o interesse que foi mapear a natureza e tipo de notícias que são divulgadas sobre a mulher negra nos anos posteriores à comemoração do Centenário da Abolição.

Com bolsa de Aperfeiçoamento da Fundação Ford, durante a coleta e leitura de recortes de jornais e leituras bibliográficas, tive acesso, pela primeira vez, ao artigo “A mulher negra na sociedade brasileira” de Lélia Gonzalez (1982)⁸ que me fez enxergar onde me situava nessa estrutura de classes tão elitista como questão sociológica.

⁸ GONZALEZ, Lélia. “A mulher negra na sociedade brasileira” In: *O lugar da mulher*. ORG. Madel T. Luz. Rio de Janeiro, Graal, 1982 p. 87-106

Ao final da década de 1980, foi quando me vi, e me dei conta em relação à seletividade racial, que me trazia para o lugar da mulher negra no campo militante – político, nas ideias e escolhas a fazer.

Na *Marcha contra a Farsa da Abolição*, em 1988, fomos cercados pela Polícia fortemente armada ao longo de todo o percurso e em ambos os lados da Avenida Presidente Vargas. Eu estava ali enxergando grandes nomes do Movimento Negro do país. Marcha organizada pelo Movimento Negro que tinha como plano “seguir em linha reta pela avenida Presidente Vargas, da Igreja da Candelária até o monumento em homenagem a Zumbi, na praça Onze. Porém, o Comando Militar mandou alterar o percurso. Os militares alegaram que, durante o protesto, haveria manifestações contra o patrono do Exército, Duque de Caxias, quando os manifestantes passassem em frente ao panteão onde estão seus restos mortais, nas proximidades da Central do Brasil.” Segundo o intelectual negro Hamilton Cardoso, “O reconhecimento da condição de herói de Zumbi, o subversivo negro por excelência, e a recuperação parcial da multiplicidade humana das imagens dos negros refletem um momento sintético e único na história do Brasil.” (Cardoso, 1987: 84).

Nas eleições presidenciais de 1989, acompanhei a urna eleitoral me voluntariando como fiscal do Partido dos Trabalhadores quando Fernando Collor ganhou as eleições. Em março de 1990, coleí grau. A festa de formatura era uma festa de ressaca da vitória do Collor que se intitulava a *Festa do Cólpera* porque duas desgraças estavam presentes: o surto de cólera e a vitória da farsa de o “Caçador de Marajás” como era o *slogan* de campanha.

Em entrevista realizada para o Café com Sociologia, em 2016⁹, fui trilhando minha trajetória em nome da pauta para a qual fui convidada: educação e gênero. A perspectiva de que há sempre uma dimensão racial na questão de gênero e uma dimensão de gênero na problemática étnico-racial, como diz Sueli Carneiro (2003), uma vez que as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva de recriação constante de mecanismos de discriminação racial.

⁹ CONVERSANDO SOBRE EDUCAÇÃO E GÊNERO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: contribuições para pensar a diferença. Entrevista com Mônica Prates Conrado por Rafael Dantas Dias. V.6, n. 1. p. 225-234, jan./abr. 2017 <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/858>

4 - “A mulata de olhos verdes” X a universitária: racismo e sexismo no ambiente universitário

O racismo escarra na minha boca enquanto me beija.

Nátaly Neri

Algumas vezes fui nomeada como mulata nos corredores do IFCS. Lembro-me da ausência de preocupação em uma abordagem inicial como um cumprimento formal e se dirigirem a mim como algo que deveria ser considerado grande elogio: - Você é uma mulata de olhos verdes muito bonita! Os meus olhos nunca foram verdes, mas sim castanhos claros, porém olhavam para mim como alguém com características fenotípicas atreladas a um estereótipo: “a mulata de olhos verdes” com local socialmente demarcado: a das casas de show.

A “mulata” como constructo social - sobre a mulata de olhos castanhos claros que a exotização e sexualização da mulher negra me arrancava da possibilidade de ser vista como universitária (o padrão universal branco). Muitas vezes fui associada, desde criança, a um “futuro certo” - a de dançarina do Sargentelli ¹⁰ que não era o que eu queria, logo algo como “o melhor que eu podia querer” se impunha aos comentários feitos a uma adolescente e adulta jovem. Tenho uma lembrança vaga de um desses comentários na frente de meu pai que respondeu que eu seria o que eu quisesse ser. Eu sempre acreditava nisso. Minhas (nossas) competências emergem quando frustrado o que a sociedade nos impõem como mulher(es) negra(s).

No primeiro ano da Faculdade (1987), lembro-me do dia em que, ao estudar em uma das mesas que ficava pertinho da sacada que proporcionava a vista que tínhamos do terceiro andar, se aproxima um homem com seus 30 anos que me viu estudando materialismo dialético. Ele se aproximou ao colocar, na mesma frase, os adjetivos bonita e inteligente como ali corporificados à própria contradição. E foi algo que me acompanhou dos meus 18 aos 21 anos quando, em março de 1990,

¹⁰ [Osvaldo Sargentelli] “teve a ideia que transformaria sua vida: produzir shows de samba com mulatas. Começou no Rio, avançou para São Paulo e depois ganhou muito dinheiro levando suas dançarinas para o exterior. Já consagrado como produtor de shows, em 1969, abriu uma casa noturna em Copacabana, o Sambão. No ano seguinte, ampliou os negócios com a inauguração do Sucata e, em 73, do Oba-Oba, que ganhou uma filial na avenida Paulista, em São Paulo. No auge do sucesso, quando chegou a ter 40 mulheres contratadas, foi acusado de racismo e de facilitar a prostituição. Sempre negou tudo e as acusações nunca foram comprovadas. Fazia questão de mostrar um ótimo relacionamento com as dançarinas que contratava. Adorava falar bem das mulatas, “as mulheres que sabem sambar de verdade”. Regime militar incentivou o “rei das mulatas”. 2022<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1404200230.htm> Capturado: 02.06.2023

me formei. A ilegitimidade de ser vista fazendo parte daquele lugar, na universidade, para o espaço naturalizado da profissionalização da “mulata da casa de samba”.

De que modo estereótipos sexuais e raciais constroem e consolidam práticas sociais impedindo significados positivos sobre sujeitas e sujeitos? Inspirada em Lélia Gonzalez, os estereótipos não estão fixados: da “mãe preta”, da “mucama” e da “mulata” (2008) dependendo do lugar social de gênero e raça onde nos encontramos, de nossa posicionalidade, geracionalmente constituídas pelo racismo e sexismo. Reflexões sobre as “construções racializadas de gênero” como convida Cláudia Pons Cardoso ao dissertar sobre a necessidade “de leituras acerca da construção de estereótipos atentas à raça, gênero e sexualidade capazes de desvendar a constituição dessas representações”. (CARDOSO, 2014, p.978).

bell hooks chama a atenção de como, para corpos racializados, o sexismo sempre foi uma postura política mediadora da dominação racial (1990, p.59) por invocar que este corpo precisa ser contido, controlado já que a ideologia ocidental branca inaugurou o ideário que o intelecto quase “espiritual” x (corpo) mundano reforça binarismos. “Mais que qualquer grupo de mulheres, nesta sociedade [estadunidense], as negras têm sido consideradas só corpo sem mente.” hooks (1995, p.469) contribui para refletirmos também sobre a sociedade brasileira.

Lélia Gonzalez destaca “a exploração da mulher negra enquanto objeto sexual” (GONZALEZ, 1982, p.99). A nossa competência e humanidade postas em prova sob estereótipos racistas e sexistas. O que fazemos? Ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero também de nossas experiências que não podem ser vistas como episódicas e pontuais sobre as opressões raciais a que somos submetidas.

Na construção de relatório com erros gramaticais, um pesquisador branco que já havia me assediado comentou sobre o fato publicamente. Vale dizer que nunca se dirigiu a mim diretamente sobre suas críticas – e eu soube por terceiros da decepção do intelectual de ler um texto com problemas. Uma das questões colocadas publicamente foi sobre como seguir carreira assim? Uma outra estudante, branca me deixou ouvir o comentário feito com risada irônica ao proferir, com um prazer indisfarçável, que “eu era burra”. Ao escrever sobre esse episódio, me veio à mente: como é que essas ideias racistas são o tempo todo naturalizadas, reeditadas?

Eu fui construindo o meu caminho acadêmico buscando, a partir da grandiosidade da literatura especializada das relações raciais no Brasil, por pensadores/as brasileiros/as que me forneceram subsídios para compreender como o Brasil é construído sob a perspectiva de interesses individuais de um grupo, de uma elite que se pensa branca, que é branca, nomeadamente branca, para o resto do país. E de outras perspectivas sobre a forma como se constituía a ideologia racial que configurava a ideia de um Brasil miscigenado como característica de uma identidade nacional.

No Centro de Estudos Afro-Asiáticos, a convivência e acesso a leituras no campo das relações raciais se ampliavam em grupos de estudos (final dos anos de 1980 até início dos anos de 1990) como também nos grupos de estudos no Núcleo da Cor. Amizades consolidadas e construídas no IFCS porque, nas férias, em visita à terra natal, nos encontrávamos na casa de Olívia, muitas das vezes ao longo de todas essas décadas até os dias de hoje. Olívia Galvão, Rosane Lopes Corrêa e Luiz Cláudio Barcelos que já estiveram em Belém. Hoje ele é devoto de Nossa Senhora de Nazaré e nos mantemos firmes e em contato desde a década de 1980. Pesquisadores importantes como Olívia Galvão e Luiz Cláudio Barcelos, com o trabalho no CEAA, deixaram marcas importantíssimas para a tematização das relações raciais no campo da pesquisa, naquele momento, em contexto carioca.

Em meados de 1990, estou atenta a ver como pesquisadores/as negres batalham por empregos em universidades públicas no país e na luta pela autonomia em escurecer a universidade com ideias, perspectivas de trabalhos com pesquisa acadêmica e de extensão. A minha análise é que demorou muito para que agências de fomento internacionais financiassem pesquisas com a coordenação/liderança de pesquisadoras/es negres. Esse panorama faz parte sim de como [somos?]/éramos vistos como “menos capazes de falar em seus próprios nomes. [...]e nossos discursos como insatisfatórios e inadequados e, nesse sentido, silenciosos.” (Kilomba, p.4, 2019), portanto, não tão relevantes, e sim legitimamente silenciados.

Há amigos que não posso deixar de referendar nos anos IFCS de graduação também negros: Liberac, Waldir e Paulo Henrique. Compartilhávamos diferentes formas e modos não declarados do impacto do racismo silencioso, silenciado e invisibilizado em nossas vidas. Ao revisitar o passado, me dou conta das nossas dificuldades como pessoas negras, no mundo acadêmico de tamanha complexidade.

Durante a graduação, eu tinha resolvido trancar o curso e procurar um emprego. Eu vivia buscar um emprego no setor bancário, valorizado na época. Buscava estabilidade, mas logo desisti dessa ilusão já que segui exclusivamente trajetória acadêmica. Eu vivia de bolsas e de uma ajuda modesta, porém indispensável e significativa, de meu pai durante minha formação. Isso foi crucial para terminar a faculdade. Na época, ele estava casado novamente, tinha um filho pequeno e uma situação financeira bastante restrita.

Em um dos frequentes encontros no Café-Restaurante Lamas, no bairro do Flamengo, Martinelli, amigo já formado, mais velho que nós, com mais experiência, me convenceu de que se eu trancasse a faculdade, dificilmente eu retornaria em busca, no futuro, de uma situação ideal para cursar Ciências Sociais. Era importante que levasse adiante. Essa conversa fundamental levou uma noite numa mesa de bar. Em março de 1990, coleí grau como cientista social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4.1 VI Concurso de dotações para pesquisa sobre o negro no Brasil

Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá:
isto é mentira! Mas, as misérias são reais.

Carolina Maria de Jesus

Em 1992, com o projeto resultante de estudos e leituras sobre o que era fortemente ainda denominado, naquela época, de “estudos sobre o negro” fui contemplada com dotação da Fundação FORD, durante um ano, sendo a única pessoa contemplada sem estar cursando pós-graduação (mestrado ou doutorado). A partir do projeto que submeti ao tão concorrido concurso de dotação, era possível adentrar o campo de pesquisa sobre a violência cometida contra as mulheres, tendo como uma das principais fontes de pesquisa o inquérito policial, RO (Registro de Ocorrência e as chamadas VPIs (Verificação de Procedência de Informação) quando o RO era arquivado a partir da VPI. O projeto que submeti ao Concurso visava pesquisar de que modo se dava a classificação, segundo a cor na DEAM. Eram utilizadas variáveis entre as categorias branca, preta e parda, adotadas pelo Instituto Félix Pacheco (Instituto de Identificação Pessoal e de Segurança Pública do Rio de Janeiro) na dinâmica policial.

5 – Essa tal de USP! Universidade de São Paulo(1994-2001)

Nem tudo que se enfrenta pode ser modificado,
mas nada pode ser modificado até que seja enfrentado.

James Baldwin

Em 1994, viajei para São Paulo para a seleção do mestrado em Antropologia na Universidade de São Paulo. Resultado da banca: após homologação do resultado oficial a questão da minha reprovação havia esbarrado em número de vagas porque soube que o meu projeto foi considerado bom. Eu me inscrevi para a pós-graduação em Antropologia indicando Kabengele Munanga como orientador.

O meu sonho era trabalhar como orientanda de pós-graduação do Prof. Dr. Kabengele Munanga. Em 1993, éramos um grupo de jovens que viajava, com seus próprios recursos, semanalmente, do Rio de Janeiro para São Paulo, para assistir às aulas do professor que, gentilmente, nos aceitou como alunos especiais. Uma vez por semana, durante o semestre, no ano de 1993, embarcávamos em um ônibus, na rodoviária do Rio, à meia noite e chegávamos a São Paulo, às seis da manhã, com colegas da disciplina do Centro de Estudos Afro-Asiáticos para assistir às aulas imperdíveis do Prof. Kabengele. As aulas valiam e muito esse percurso. Ao final do dia, voltávamos para o Rio de Janeiro. Tanto na ida, na expectativa de mais uma aula de muito aprendizado, quanto no retorno, conversávamos sobre a disciplina, sobre como foi a aula naquele dia.

José Flávio Pessoa de Barros (*in memoriam*) era um intelectual, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), escritor e babalorixá. Autor de diversos livros sobre a religiosidade de matriz africana. Após a reprovação na seleção de mestrado no IFCS-UFRJ, comecei a frequentar seu núcleo de estudos, aprendi muito sobre memória e candomblé e conheci pessoas incríveis. Recebi seu incentivo para seguir carreira acadêmica e tentar mestrado em Sociologia na Universidade de São Paulo, em 1994, após ter sido reprovada no mestrado em antropologia.

Resolvi, então, me inscrever imediatamente para o processo seletivo de mestrado em Sociologia com o mesmo projeto, já que tinha caráter interdisciplinar. Quando fui reprovada no processo seletivo de Ciências Sociais, no início dos anos de 1990,

vale lembrar também que o Prof. José Reginaldo Gonçalves disse que eu poderia me candidatar, no próximo ano, para sua vaga e tentar mais uma vez, mas não quis fazê-lo. Fui aprovada e fui morar no CRUSP (Centro Residencial da Universidade de São Paulo) durante 4 anos (1994 -1998).

Nos primeiros 5 meses, morei em um apartamento com uma sala, duas beliches e uma mesa pequena quadrada com duas cadeiras de madeira. Ele era destinado à hospedagem temporária de alunos/as oriundos/as de vários estados do país. Quase todos os dias, chegava alguém. Não fazia ideia de quem eram. Por volta das 6 e 7 da manhã, as pessoas (somente mulheres) acendiam a luz para arrumar suas coisas. Não existia nenhuma privacidade.

Após esses meses, consegui vaga e me mudei para o bloco G. Os apartamentos nos blocos do CRUSP têm 3 quartos. Os quartos eram muito pequenos, retangulares: uma cama de solteiro, um armário com duas portas e uma escrivaninha, mas era organizado com sala, banheiro. Havia um andar com uma cozinha coletiva com vários fogões industriais. Colegas do CRUSP diziam que dava para fritar ovo no chão do apartamento onde eu morava porque o chão estava sempre encerado e era cuidado com ares de casa, em seus detalhes. Característica dos demais apartamentos também. Comprei TV e videocassete onde rolavam sessões de filmes de locadora, pizza com colegas da capoeira pós-treino, uma vez por semana e, eventualmente, festas. Era um condomínio em que, naquele período, vivíamos com uma certa estrutura. Éramos atendidos nos aspectos de ter onde dormir e de se fazer casa.

No bloco G, como era um dos prédios destinados para estudantes da pós-graduação, os apartamentos eram melhor estruturados que os demais. Eles foram construídos para receber atletas para os jogos olímpicos. Depois disso, foram ocupados por estudantes em busca de um lugar para morar. Foi uma experiência de sociabilidade incrível e tempo de conhecer pessoas de todo lugar do Brasil e de países da América do Sul e do Caribe. Faço questão de trazer isso por conta dos preconceitos aliados às moradias estudantis. E, se algo não funciona mais com problemas assinalados nos dias de hoje como falta de segurança, se deve à gestão da universidade e não de quem mora e precisa estudar na graduação e pós-graduação.

Nos anos de 1990, sem a infraestrutura da USP com atendimento médico e odontológico, moradia, bandeirão e o maior centro poliesportivo da América Latina com atividades esportivas que traziam lazer e frescor facilitando o dia a dia, eu, defini-

tivamente, não teria terminado a pós-graduação. Porém, vale salientar que a comunidade cruspiana enfrenta perrengues para estudar ao se manter fora de seus lugares (cidades, estados e países) de origem. No meu caso, demorou uns seis meses para a bolsa de mestrado que estava atrasada ser paga por conta de erros burocráticos. Durante esse escrito, lembrei-me de uma noite em que eu precisava me preparar para apresentação de um seminário e uma colega do apartamento temporário do bloco E também precisava estudar, viramos a noite estudando, uma em frente à outra, na mesa de madeira, tomando chá e dividindo um pacote de biscoito cream cracker durante madrugada. Era o que tínhamos ali disponível.

Eu morei no Centro Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), experiência única, fundamental e impagável, do mestrado até a metade do doutorado. Foi a melhor e única maneira de estudar, naquele período. A experiência cruspiana me levou a um outro título do qual me orgulho muito. Recebi o cordão verde e amarelo de capoeira, com treinos de 3 a 4 vezes por semana durante 4 anos, cordão equivalente à professora batizada de Aroeira pelo Mestre Alcides, no Centro de Estudos e Aplicação da Capoeira (CEACA), no térreo do bloco C, no CRUSP. Com a capoeira aprendi que, com rasteiras, armadas e cabeçadas, também se escreve uma tese.

Eu era a única mulher negra no mestrado e doutorado em Sociologia. Não havia homens negros, naquele período. E como se manter na Universidade e nas bibliotecas? Da graduação à pós-graduação, eu permanecia mais tempo na universidade. Era o meu melhor lugar para estudar. Desde a graduação, bolsas de estudo. Sem elas, provavelmente, não teria conseguido. Com certeza, me travaria com interrupções e trancamentos de matrículas que impediriam trilhar carreira acadêmica. Estudei em bibliotecas públicas no Rio de Janeiro, a biblioteca Nacional, Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro (hoje Biblioteca Parque Estadual), Biblioteca da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – USP, nos tempos do mestrado e doutorado. E lembrem o peso para universitárias/os pobres de origem operária que a educação era valorizada, sobretudo, como um meio de mobilidade de classe (hooks: 1995, p. 465). A escolha do trabalho intelectual é um ato revolucionário às mulheres negras e homens negros.

A pesquisa que desenvolvi com a dotação FORD (1992) ganhou vulto, trouxe novas perspectivas ampliando para outras abordagens. A partir de uma perspectiva da violência física e verbal, o objetivo foi além desta definição de violência enquadrada como crime, sob o jugo da lei, para entender, ao percorrer os inquéritos policiais de

uma delegacia da mulher, como é ela é re-significada no universo dos envolvidos que escapam do jugo do enquadramento judicial. A antropóloga Mariza Correa que escreveu *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. SP. Ed. Graal, 1983 um livro que me inspirou a pensar as vítimas sob esse termo do sistema judiciário e a problematizá-lo. Para o mestrado, eu busquei trazer também a fala dos indiciados a partir dos inquéritos.

Em 1996, a bolsa de mestrado do CNPq tinha terminado. Então, comecei a dar aulas em faculdades privadas em São Paulo. Durante o doutorado que se iniciou em 1999, passei a ter bolsa do CNPq e, depois, da Capes. A primeira vez em que dei aula para o ensino superior eu tinha 27 anos de idade. De 1996 a 2003, com períodos intervalares, ofertei disciplinas em universidade particular (UNISA- Universidade de Santo Amaro) para diversos cursos como administração, serviço social, comunicação social, direito, odontologia, medicina veterinária, sendo homenageada pela turma de formandes de Turismo. As disciplinas foram: sociologia aplicada à administração, sociologia geral, sociologia do direito, sociologia jurídica, antropologia rural, antropologia biológica. Em todos esses cursos trouxe para a disciplina a tematização do racismo em sala de aula. Algo que me marcou foi um grupo de estudantes de São Paulo que fizeram questão de que eu conhecesse a “quebrada”, o seu pedaço sobre a realidade da periferia onde viviam como forma de retribuição da valorização de sua história, modos e estilos de vida trazidos em sala de aula.

5.1 Doutorado Direto na Pós - Graduação em Sociologia

Quando a mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.

Ângela Davis

Decidi, ao longo da elaboração de minha qualificação de mestrado, incorporar ao máximo o que podia para avaliação da banca de qualificação. O prazo limite para qualificação eram poucos meses antes do prazo final para defesa da dissertação de mestrado e me baseei nisso. A banca, após avaliação da abordagem metodológica e dos resultados de pesquisa, considerou que já se delineavam aspectos conclusivos a partir de perguntas elaboradas em nível de tese. Desta forma, saí da qualificação de mestrado com indicativo pela banca de doutorado direto.

Em 1998, a banca composta por Emir Sader (presidente), Pedro Jacobi e Maria Lúcia Montes (*in memoriam*) decidiu, para a minha completa surpresa, que a

pesquisa intitulada *A fala dos envolvidos sob a ótica da lei: um balanço da violência a partir da narrativa de vítimas e indiciados em uma delegacia da mulher* cujo título manteve para a tese, me levasse a cursar, a partir daquele dia, o doutorado em Sociologia pelo também caráter interdisciplinar que trazia.

Algo que, na pós-graduação em Sociologia da USP, era incomum, naquele momento. Não defendi a dissertação. Não tenho título de mestra. O texto da qualificação foi o meu projeto para o doutorado. Eu fiz a inscrição para o curso de proficiência de francês da PUC - São Paulo e, no segundo ano do doutorado, fiz a prova. Cursei as disciplinas do doutorado e qualifiquei.

No dia anterior à qualificação de doutorado, entre 7 e 8 meses de gravidez, bati com o carro que teve perda total. Firmei os pulsos que ficaram doloridos para que a minha barriga não encostasse no volante. Eu fui ao hospital e estava tudo bem. No outro dia, segui de táxi para a defesa. Tanto a qualificação de doutorado quanto a tese de doutorado foram escritas entre amamentação e cuidados de bebê. Dois universos completamente distintos, desafiadores, mas nunca equiparados sobre o que cada um exige de você com demandas físicas, financeiras, psíquicas e emocionais. Nesse período, contei com a companhia sempre presente de duas amigas, principalmente, durante a gravidez: Patricia e Cristina.

A Erê Mariazinha (entidade de umbanda) contou um ano antes de eu ficar grávida que eu ia ter um filho antes de terminar o meu “escrevedor”: a tese. Caio nasceu em 3 de janeiro de 2000, às 18h05, de parto normal, no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo o que fez eu me mudar para pertinho da entrada do campus Butantã, logo no início da gravidez. Quando já tinha me mudado do CRUSP, para morar com o namorado no bairro da Aclimação (1998-1999), retornei para morar “no quintal da USP” em um prédio localizado em uma das entradas de acesso ao campus, o que foi fundamental durante a minha gravidez. Participei de aulas e cursos para gestantes também da USP onde formamos um grupo de amigas com atividades voltadas para mulheres grávidas. Essa sociabilidade faz a diferença para esse momento que, para muitas grávidas, é solitário por não poder compartilhar sobre essa experiência. O pré-natal e cursos desenvolvidos para gestantes, contando com enfermeiras que faziam parte do programa implantado pelo hospital, acompanharam nossa gravidez até o dia do parto.

Defendi a tese em 2001, no momento mais difícil da minha vida, quando meu pai estava na UTI porque, ao trocar o pneu de seu carro no elevador desativado há

poucos anos que dava acesso à Ponte Rio-Niterói, foi atropelado e ficou em coma por um mês e veio a falecer dias depois da defesa. O meu orientador tinha me dito que ia embarcar para França por uma temporada, o que acabou não sendo o período extenso como planejava, então recomendou que eu defendesse antes de sua viagem. Em setembro de 2001, defendi a tese de doutorado com o Caio com um ano de idade. O meu tio Dino cuidava de tudo em relação ao trágico acidente de meu pai e me presenteou com as passagens aéreas de ida e volta para a minha defesa. Embarquei para São Paulo porque já estava morando de volta ao Rio de Janeiro, desde o início do ano de 2001.

Maria Lúcia Montes passou a referendar a minha pesquisa em bancas que trabalhavam com o universo judiciário e dizia sempre da minha capacidade de fazer pesquisa. Ela me citava em defesas e eu era procurada para obterem um exemplar o que não era tão dinâmico no modo digital, no início dos anos 2000. Maria Lúcia Montes me fez acreditar que vale a pena seguir uma carreira acadêmica para encontrar, no meio do caminho, alguém como ela. O modo como falava com paixão e erudição era o combustível para me apaixonar pela antropologia. Aliás, uma intelectual que explodia as fronteiras disciplinares a partir de sua própria formação. Na minha defesa de doutorado, o meu orientador declarou publicamente o papel de Maria Lucia como também orientadora.

Durante o doutorado, produzi dois artigos antecipando alguns resultados da tese de doutorado na *Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, vol. 26 p.143- 163 em 1998 e em 2000 na *Revista Diálogos da Universidade Estadual de Maringá* vol.4 p.1-17

No IX Congresso Brasileiro de Sociologia (1999) para o campo da sociologia do direito, apresentei o seguinte trabalho: *A cidadania requisitada através das delegacias da mulher: um debate acerca das noções de justiça e direito em contexto policial*. Vol.26 p.61-94, 2008.

Em 1998, trabalhei na ONG FALA PRETA, em São Paulo. Estava ali para contribuir em atividades técnico-científicas nos projetos desenvolvidos. Conheci Mabel Assis (*in memoriam*) uma pessoa extraordinária, militante negra, intelectual e professora de dança afro. Não imaginava que aquele forte abraço com muita emoção em nome do tempo que não nos víamos no COPENE - VI Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) - realizado em 2010, no Rio de Janeiro, seria uma despedida para mim. Ela foi para Orun, em 2019. Ela que me viu grávida quando eu ia,

de vez em quando, assistir às aulas de dança afro em São Paulo e nos tornamos amigas, durante o trabalho no FALA PRETA. Em viagem ao Rio de Janeiro, foi me visitar com o Caio ainda bebê, em 2002. Nesse mesmo encontro, em 2010, revi pela última vez José Flávio de Pessoa Barros que me disse: - Entre em contato, Mônica, não deixe de entrar em contato. Fazia anos que não o encontrava. Foi a última vez que o vi. Ele foi para Orun, em 2011.

Entre 2001 e 2002, a convite de Emir Sader, fiz parte da equipe, como assistente de coordenação, trabalhando com dedicação integral na organização do I Concurso Nacional Cor no Ensino Superior do Programa de Políticas da Cor - PPCOR do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ promovido pela Fundação FORD. O Concurso Nacional Cor no Ensino Superior visava promover apoio financeiro a projetos de ação afirmativa nas universidades, como exemplo, projetos de permanência em universidades para estudantes negres e também contemplou cursos pré-vestibulares para a população negra.

Durante esse período, estive no *front* da organização em suas várias atividades, como o encontro de trabalho das coordenações dos projetos contemplados no país, na Conferência Nacional Universidade e Desigualdades Raciais realizada na UERJ, dentre outras iniciativas. Os projetos contemplados tinham como objetivo o desenvolvimento de iniciativas de ações afirmativas em cada instituição de ensino superior abrangendo várias IES do país. Em nome da minha experiência, acredito que também a incorporação da literatura especializada das relações raciais nas produções de um intelectual como Emir Sader, intelectual de renome, era uma das ambições da Fundação FORD. Eu estava presente no debate sobre cotas raciais na UERJ, nos anos de 2001-2002. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade do Estado do Norte Fluminense (UENF) foram as primeiras a implementar as cotas raciais.

Durante o debate pela implementação das cotas raciais em ambas as universidades, fruto da conquista do movimento negro brasileiro, a dúvida forjada como obstáculo era quem é negro e quem é pardo no Brasil. Os obstáculos que alimentavam a corrente de quem era contra tentando colocar barreiras para a sua implementação levou ao que era necessário: o acirramento das campanhas contra e campanha a favor das cotas. No campo da política de Estado, para servir de base para a sua fundamentação, houve uma mesa redonda que reuniu intelectuais, geneticistas, militantes e eu fiz parte representando o Programa Políticas da Cor da UERJ organizada pela Secretaria de Estado e Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Rio

de Janeiro para “dissipar a dúvida” que alimentava os que se posicionavam contra as cotas em nome da falsa alegação de base racista da dificuldade de classificar quem é negro no país. Kabengele Munanga é uma das maiores referências nesse embate e luta a favor das cotas raciais.

Após o retorno ao Rio de Janeiro em 2001-2002, durante o dia trabalhava na UERJ, no Laboratório de Políticas Públicas em regime de bolsa quando nesse período o enfrentamento ao racismo através de assédios morais se faziam constantes no meu comprometimento ativista a favor de políticas de ações afirmativas, terminava a redação da tese de doutoramento e, para o sustento meu e do Caio, com um ano de idade, dava aulas particulares à noite.

6 . Aquela conversa em 1988 com as rainhas das águas à beira do rio Guamá rendeu

A água sempre descobre um meio.

Provérbio africano

Em um Encontro Nacional de Filosofia, em 1988, acompanhei o namorado, estudante de Filosofia da UFRJ, a Belém do Pará. Oportunidade de sair do estado para encontros universitários já que eu assistia às aulas de filosofia no IFCS era uma chance que não queria perder. Todos que embarcaram nessa viagem, e éramos dezenas, dormimos por mais de 05 dias no Pavilhão A do campus Guamá da UFPA. Fomos de ônibus ida e volta com os demais estudantes do curso. Até os dias de hoje, é um dos campus mais bonitos que já vi, mesmo após conhecer vários campus das universidades federais e estaduais do país, ao longo dos anos.

Ao contemplar aquela vista indescritivelmente bonita, disse, em voz alta, como forma de oração, que moraria em Belém. Nenhuma conexão familiar ou de amigos me ligava à Amazônia. Lembro-me de que eu fazia frequentes visitas à Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro e residi bem próximo a ela. Lá era um lugar para refletir e tomar decisões sob a influência de meu Orixá Oxóssi. Quando retornei de um desses passeios, eu tinha girado o mapa mundi em formato de globo e pensado para onde iria, o que pretendia fazer.

Uma coisa era certa, como a minha formação acadêmica se deu em universidades públicas (UFRJ e USP), eu considerava que a universidade pública era onde eu

queria trabalhar. Viajei para Belém do Pará de ônibus e retornei de avião com a grata surpresa de ter sido aprovada em primeiro lugar no Concurso para professor adjunto para a Faculdade de Ciências Sociais na área de antropologia.

No início de março de 2003, o Caio tinha 3 anos de idade e embarcamos de avião para o estado que se fez casa e me reinventei no ativismo político na luta antirracista. Após ingressar como docente do Curso de Ciências Sociais, comentei em turmas de graduação que aquele pavilhão presenciou a minha primeira visita servindo de hospedagem. De 2003 a 2016, dei aulas para graduação no mesmo Pavilhão em que dormi, em 1988, como graduanda de segundo ano de CS da UFRJ. Em 2017, com a inauguração do Espaço de ensino Mirante do Rio, também em frente à orla do rio Guamá, passamos a ocupar outro espaço. Tomei posse no último dia limite: 12 de março de 2003 porque Caio, com três anos de idade, foi diagnosticado com broncopneumonia, ao longo dos dez dias, quando já estávamos em Belém. No dia 12 de março de 2023, celebrei os 20 anos como docente da UFPA.

6.1 A migração se deu por sua causa, Universidade Federal do Pará (2003-2010) – parte 1

O intelectual não é apenas alguém que lida com ideias.

Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo.

bell hooks

Inspirada em feministas negras, Patrícia Hill Collins (2016) convida a ficarmos atentas/os de que a universalidade, como viés de abordagem teórico-metodológica, apaga o ponto de vista de mulheres negras a partir de suas próprias vivências. A experiência é fonte de base analítica em trânsito. Ela não pressupõe o binarismo nem a lógica antagônica. Essa perspectiva é da epistemologia ocidental. Os critérios impostos para “tornar-se intelectual” têm uma carga racial, de gênero e de padrões heteronormativos cuja intelectualidade é construída como brancocêntrica nas ideias, e na herança intelectual eurocêntrica, como epistemologias dominantes [...] (CONRADO, 2020)

Na seleção para professora adjunto da Faculdade de Ciências Sociais (área de antropologia), fui aprovada em primeiro lugar. Naquele momento em que eu chegava a Belém, em 2003, o Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAAM – NEAB) protagonizava, com Zélia Amador de Deus, Marilu Campelo e Raimundo Jorge e demais integrantes, a luta pela implementação de cotas raciais na UFPA com o movimento

negro. A conquista se deve ao movimento negro e ao GEAAM. Naquele momento, eu participei de atividades me inteirando de como a luta antirracista se configurava para o contexto local. Como mulher negra e docente a favor das cotas raciais também sofri ataques racistas por estar ali presente na movimentação política e acadêmica.

Em 2003, destaco duas iniciativas, dentre as várias promovidas pelo GEAAM, quando tive a oportunidade de compor a mesa de debate para tratar sobre “O sistema de cotas nas Universidades – argumentos pró e contra” e a outra também promovida pelo CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Pará) e CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) que tematizava a pesquisa racial na universidade. Foi nessa ambientação política que fui construindo laços com o movimento e articulações de mulheres negras em Belém desde a minha chegada à academia só ganha ao provocar, de uma forma curricular, consolidando uma parceria forte e afetiva com os movimentos sociais nos quais eu me sinto acolhida e respeitada. Participei e participo de iniciativas, ações e eventos promovidos pelo CEDENPA e aprendo muito com a militância, construindo relações de afeto e admiração que tenho com Fátima Mattos e Maria Malcher. Em 2022, foi publicado na *Revista da ABPN (Revista da Associação de Pesquisadores Negros)* a entrevista que me senti feliz em fazer como uma femenagem à “Fátima Matos, Ativista Negra Amazônida”. vol.14 p.139-158 Do CEDENPA, ao longo dessas duas décadas, com convites que muito me deixam feliz e em que tanto aprendo, estabelecendo como missão institucional, para mim, conexões e articulações da academia com as perspectivas e saberes militantes produzidos dentro e fora da universidade.

Um dos requisitos do concurso para professora adjunto era a apresentação de um projeto de pesquisa, a ser desenvolvido, equivalente a 20 horas de carga horária com mais 20 horas de aulas em regime de dedicação exclusiva de 40 horas. O projeto *Vergonha ou intimidação? Um retrato da violência contra a mulher na cidade de Belém* de minha autoria chamou a atenção para possíveis generalizações de pesquisas realizadas em outras regiões (eixo Sul e Sudeste) a respeito dessa temática, vistas como exemplares da realidade brasileira, perdendo-se de vista as especificidades sociais e políticas que singularizam a institucionalização da violência cometida contra as mulheres em outras e determinadas realidades sociais.

Em Belém, recebi autorização para visitas de campo ao abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz a fim de entrevistar mulheres em situação de violência. Isso trouxe a consolidação da inter-relação gênero, raça e violência como pesquisa acadêmica e uma das

minhas primeiras frentes no campo da pesquisa como docente da UFPA. Eu construo uma pesquisa para poder pensar aqui, no contexto paraense, em especial, Belém do Pará, em que o próprio termo violência doméstica e os dados amplamente divulgados engolem realidades locais diferentes do que é produzido pelo sul e sudeste, em caráter acadêmico.

Dessa forma, fui buscar compreender como estavam se constituindo relações públicas e privadas de mulheres em situação de violência ao entrar em casa abrigo e albergues, como institucionalmente eram nomeados. Eu trazia como premissa a compreensão das inter-relações entre gênero, cor e violência como possibilidade analítica da ampliação de estratégias de prevenção, amparo e retaguarda. A dinâmica funcional da casa abrigo ganha caráter de (re)socialização das mulheres para um enquadramento que ultrapassa os muros institucionais. E, ao mesmo tempo, acaba por silenciar corpos femininos (como registro histórico de uma determinada época, tempo e lugar), principalmente, ao restringi-los a alguns lugares, a espaços sociais institucionalmente designados sem que essa questão estivesse no centro da política de enfrentamento. Com o projeto que desenvolvi, trabalhei para escapar de dados nacionais que engoliam questões regionais e busquei entender especificidades para o enfrentamento em contexto local. Tive sempre em mente a pesquisa em dialogia com o movimento e articulações de mulheres negras para não cair na armadilha da homogeneidade atribuída à “mulher negra brasileira” em uma produção científico-acadêmica.

Em nome desse propósito, publiquei, ainda na *Revista Humanitas*, como produto da pesquisa, o seguinte artigo, em 2008, *Denunciantes e Profissionais da Delegacia da Mulher: Leituras e interpretações de depoimentos*. Os resultados da pesquisa foram divulgados em eventos locais, nacionais e internacionais. Publiquei em anais os textos apresentados. Em 2005, em Montevideu, no VI Reunião de Antropologia do Mercosul: identidade, fragmentação e diversidade – RAM e no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gênero e preconceitos, em Florianópolis, em 2006. Em 2007, apresentei *A experiência das mulheres de Belém na Divisão de crimes contra a Integridade da Mulher* DCCIM- Belém no 13º CISO - Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste. Participei em edições da Rede Norte e Nordeste com apresentação de trabalho, fruto de pesquisa acadêmica. E apresentações em redes e seminários em outras regiões do país.

Em formato de artigo para circulação local, tive, ao longo da carreira acadêmica, a preocupação em reforçar a importância da leitura especializada no campo das

relações raciais para a formação acadêmica-militante na luta antirracista. Na Revista da UFPA, *Humanitas*, publiquei o artigo: *A questão racial em Gilberto Freyre e Florestan Fernandes*, em 2004. 2004, vol.20 p.72-90. Em 2005, publiquei uma versão de mais de 50 páginas da tese de doutoramento no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia. *A fala dos envolvidos sob a ótica da lei: um balanço da violência a partir da narrativa de vítimas e indiciados em uma delegacia da mulher*. vol.1, p.67-117

Projetos de extensão fizeram também parte de meu percurso acadêmico. Em 2006, atuei como integrante do projeto de extensão do Governo Federal *Escola que Protege* e executado pela PROEX-UFPA com Lilian Sales, docente da UFPA envolvendo campus Belém e Castanhal com vistas a abranger diferentes setores do poder público municipal e da sociedade civil, de caráter permanente para pessoas que atuem ou potencialmente possam atuar no atendimento e/ou defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Em 2005, mergulhei no universo da feira livre em Belém com o orientando Breno Alencar a partir de sua própria experiência familiar no projeto *Família de feirante, feirante também é: mãe, pais, filhos(as), netos(as) da Feira da Prainha de Belém do Pará* que resultou em publicações em anais de evento: I Congresso Latino Americano de Antropologia em Rosário, Argentina, no V Encontro de História Oral do Nordeste em São Luís - Maranhão, VI Reunião de Antropologia do Mercosul em Rosário, na Argentina e, em, 2007 na Reunião Equatorial de Antropologia em Aracaju.

Entre 2005 e 2008, o projeto de extensão *A juventude negociada entre a vida adulta e adolescência: uma abordagem sobre gênero, cor e sexualidade a partir do olhar sobre adolescentes e mulheres albergadas de Belém do Pará*. Em nome dos objetivos centrais do projeto que foram intervir, no sentido de apoiar políticas públicas específicas voltadas às mulheres em situação de violência, foram promovidos debates e oficinas temáticas em casas abrigo (sobre sexualidade, cor, trabalho, educação, violência, gênero e saúde), de acordo com a demanda das jovens albergadas e das profissionais das instituições. Ao trabalhar com oficinas, o importante foi traçar aspectos significativos que norteavam a visão de mundo de cada uma delas. Em 2005, *Narrativa de adolescentes, narrativa de albergadas: a juventude negociada entre a vida adulta e adolescência em casas abrigo* foi apresentado na VII RAM - Reunião de Antropologia Mercosul em Porto Alegre, em 2007 e, ainda no mesmo ano, no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia em Recife.

Em 2008, o livro *Nortes Antropológicos: trajetões, trajetórias* organizado por Wilma Leitão e Heraldo Maués, da Faculdade de Ciências Sociais, publicado pela editora da

UFPA, trouxe resultados da pesquisa em formato de capítulo do livro com o mesmo título do projeto. Com o projeto de pesquisa sobre a juventude negociada entre vida adulta e adolescência, apresentei resultados no Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10 de 2013, *Nos “bastidores” da pesquisa: sociabilidades e práticas de intimidade de juventudes amazônicas*.

Nas edições do Seminário Internacional Fazendo Gênero de 2008, 2010, 2013 e 2017, coordenei com Wivian Weller – UnB (Universidade de Brasília) e, depois, com Nil-da Stecanela da Universidade de Caxias do Sul, seminários temáticos sobre juventudes. A cada edição, recebíamos dezenas de trabalhos a partir da perspectiva apresentada.

Entre 2009 e 2011, a versão Pará do curso *Gênero e Diversidade na Escola*, como coordenadora geral e Lilian Sales, como coordenadora de tutoria em ambas as edições ofertadas pelo Grupo de pesquisadoras NOSMULHERES, intitulada *Educação para a Diversidade: educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual*. Tal iniciativa é imprescindível para a formação de profissionais de educação que necessitam estar preparados para lidar com temas complexos, tendo como base o debate de gênero com profissionais da educação básica capacitados para lidar com conteúdos específicos das relações de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual, capacitando-os para trabalhar com seus alunos(as) o tema da diversidade em suas variadas formas. Foram diversas ações com encontros presenciais, com tutoria *on line*, equipe diversa em nome dos desafios da internet com material produzido pelo CLAM (Centro Latino-Americano em Sexualidades e Direito) - UERJ.

O Curso de Aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola, na modalidade a distância, é destinado, em especial, aos professores do ensino básico da rede pública e militantes de movimentos sociais. Foi promovido pelo NOSMULHERES – UFPA, por meio da Secretaria Especial de Política para as Mulheres-SPM/PR, MEC/SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Universidade Aberta do Brasil - UAB e Centro Latino Americano de Sexualidades - CLAM/UERJ. Em cada curso, havia mais de 100 concluintes.

A participação como docente em cursos de especialização também fez parte da minha trajetória acadêmica: Curso de Especialização em Sociedade e Gestão de Segurança Pública e Curso de Especialização em Gestão Estratégica e Defesa Social entre os anos de 2003 e 2008, promovido em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, Instituto de Ensino de Segurança Pública - IESP e Universidade

Federal do Pará, sob a coordenação do Prof. Wilson Barp para delegados da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Civil, tenentes da Polícia Militar, Guarda Municipal e Corpo de Bombeiros. Trabalhei na capacitação para profissionais do Centro de Referência Maria do Pará (2008) em cursos promovidos pela Coordenadoria de Promoção dos Direitos da Mulher e da rede de atendimento à mulher em situação de violência e, em outras oportunidades, ministrei oficinas para homens apenados por crimes de violência doméstica, em parceria com o Ministério Público. Atuei em cursos de extensão promovidos pelo GEAAM como uma das colaboradoras, nos anos de 2004 e 2005. No Curso de Especialização Saberes Afro-Brasileiros, promovido pelo GEAAM e Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC em suas edições e de Feminismo Negro - Curso de Formação de Agentes de Negritude, em 2019, promovido pelo CEDENPA.

Sempre fiz questão e gosto muito de dar aulas na graduação porque é a base para nossa formação e para os trilhos que iremos escolher se vamos ou não engatar. Durante os 20 anos de UFPA, ministrei disciplinas de antropologia da saúde, antropologia cultural, antropologia política, cultura brasileira, gênero em ciências sociais em formato de minicurso e outros sobre a mesma tematização, antropologia cultural, feminismos descoloniais, teoria antropológica, teorias de gênero, seminários temáticos de estudos afro-brasileiros com vistas a incorporar, nas disciplinas, a tematização racial. Elaborei disciplinas, sob essas bases, para serem aprovadas com conteúdo que escureça nossa organização curricular e tragam ainda o feminismo negro como base epistemológica. A conscientização racial nas turmas em que dei aulas e orientandes sempre foram questões relevantes e nunca secundárias e nem mesmo complementares.

Particpei de 150 bancas de conclusão (graduação, mestrado, especialização e doutorado). Ao longo de toda a carreira acadêmica, somam o total de 85 orientações concluídas em nível de pós-graduação, graduação, iniciação científica e especialização.

Em 2010, adentrei a outro universo de pesquisa sobre juventudes em busca de incorporar a temática sexualidades como um marcador social da diferença em intersecção com outras categorias de diferenciação raça, gênero e geração com o projeto intitulado *Para entrar no mundo que não é meu: a iniciação sexual a partir de entrevistas com as/os jovens pobres e de camadas médias de Belém do Pará* que trata da iniciação sexual como tema de pesquisa sobre juventudes, gênero, cor e sexualidades, segundo os relatos de jovens e de pessoas de outras gerações residentes em Belém do Pará oriundos de classes, gênero e cor/raça distintos sobre iniciação sexual. Minha preocupação foi apontar

a relevância da entrada da sexualidade para o escopo de minha pesquisa sobre juventudes e violência, tendo como referência teórica estudos da sociologia da juventude ao referir-me ao universo rico, complexo e variado que proporciona matizes e formas de discriminação racial, de gênero e de classe em uma determinada realidade social.

Em 2013, organizo o livro *Juventudes em trânsito. Iniciação sexual em debate* e contribuo com dois capítulos: *A iniciação sexual e juventudes em abordagem introdutória* e *Juventudes em trânsito no “mundo (que não é) meu* como resultado de pesquisa que coordenei com financiamento do CNPq e com Benedito Medrado do GEMA - Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades/UFPE na pesquisa *Performatividades de gênero, violência e sexualidade em movimentações político-culturais: a produção de sujeitos e estéticas políticas em Belém e Recife* com financiamento de CNPq, sob sua coordenação trabalhamos em parceria com o NOSMULHERES.

A mulher negra acadêmica que não se enquadra e visa a ruptura a uma lógica de subserviência nas escolhas temáticas e em busca de autonomia me levou a sofrer críticas e comentários diretos até de quem eu menos esperava no universo acadêmico: “de que eu não era fácil”. Por que eu deveria ser? Ou deveria me subjugar? Ou não querer fazer algo descartando um roteiro imposto a mim tendo que me justificar com muita educação com a indignação à flor da pele quando que tive que lembrar que “nós somos colegas, professora.” De coisas que, em absoluto, não faziam parte da minha carga horária. Pela minha relação estreita, acredito que fazer pesquisa somente é possível como militante acadêmica e estar em dialogia com os movimentos sociais e, no meu caso específico, pelas minhas escolhas de temas e bandeiras de lutas sofri por muitos anos discriminação no âmbito da universidade.

O conceito de *outsider within* (forasteira de dentro) de Collins (2016, p. 99, 100) nos mostra que:

Por muito tempo mulheres negras têm ocupado posições marginais em ambientes acadêmicos [...] Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero.

bell hooks (1995, p. 468) comenta o que Patricia Williams, professora de Direito negra, afirma que o status de fora é uma espécie de ferida aberta. Foi com a ferida aberta, exposta dos enfrentamentos a fazer diariamente, dentro e fora da UFPA, que mergulhei na militância acadêmica como algo encarado, por muitos anos,

dentro da UFPA, negativamente, visto como um problema para o exercício da docência, “por excelência.”

Eu tenho uma vida inteira de mais de meio século construindo autonomia em todas as áreas de minha vida, lutando na precariedade que o racismo, sexismo e discriminação de classe impõem para a quebra das expectativas sociais que te desumanizam. E, nesse boicote, como estratégia racista, os rótulos emergem, automaticamente. Lembro-me de já ter ouvido na UERJ, como na UFPA, que eu sou doutora então não estou mais submetida à discriminação racial. Lélia Gonzalez descreve muito bem sobre a gama de estereótipos racistas [estereótipos de gênero e de raça] colados às mulheres negras (2008).

Sobre as escolhas, eu já fui (sou? Nem tô aí) muito criticada/discriminada por uma turma seleta de professoras e professores por ser militante e “não dócil”. Então, resistir advém de situações como essa: imagina que entra na casa (universidade) de alguém (de quem é essa casa? A quem pertence?) Não é sua? Não é nossa? Casa que não é historicamente para pessoas negras, indígenas, ciganas, no entanto, você pressupõe porque deveria presumir, sem ser ingênua, de que será bem-vinda, mas a suspeição é algo que é colado a você então precisa ser merecedor(a) de estar ali, de fazer parte desse círculo. Você precisa fazer algo o tempo todo e estar à disposição. Então, para se ter uma ideia, imagine visitar a casa de “amigos” e ter que mostrar que você merece estar ali. Logo, na primeira visita, você se mostra à disposição para fazer algo cooperativo e se disponibiliza a fazer o que precisarem ali e, além disso, porque é o que esperam de você; o tempo todo. Você não relaxa e nem pode relaxar porque está sendo o tempo todo testada e precisa estar disponível para “ser aceita”. Você está em constante estado de suspeição.

Sobre hostilidades a alguns temas, um colega da Faculdade, em 2010, me confidenciou ser um tema tabu que tratava sobre a iniciação de jovens das camadas médias com “meninas que vêm do interior” – como os homens entrevistados denominavam. Eu desenvolvi esse projeto, intitulado *As Meninas que “vêm do interior” para a capital: exploração sexual e do trabalho em contexto amazônico*. O tema foi bastante polemizado por uma turma seleta de docentes. Apresentei a pesquisa em congressos e seminários publicando nos Anais. Em 2010, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 9.

Em 2020, a partir de relatos de duas interlocutoras: “Eu carrego comigo sete mulheres: elas viveram e vivem limpando a casa dos outros” sobre o trabalho doméstico e

suas imbricações foi publicado como capítulo do livro *Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico In: ORG; CAL, Danila; BRITO, Rosaly*. Curitiba, ED. CRV, 2020. Eu trouxe entrevistas realizadas com seis homens, brancos, da camada média, entre 21 e 40 anos que referenciam, inclusive, rapazes de sua convivência como irmãos e colegas, no que ganha foro, em suas interpretações, de iniciação sexual. Porém, identificadas como abusos, estupros, importunação sexual com “as meninas que vêm do interior”, como foram referenciadas por mais de um entrevistado que eram trazidas com a promessa de estudar e de ter uma vida que abrisse possibilidades com alternativas para o futuro.

Lélia Gonzalez (2018, p.47) comenta sobre as jovens que, ao trabalharem como domésticas para as senhoras, iniciam sexualmente seus jovens filhos, no que ela denomina de superexploração econômico-sexual das mulheres negras como objeto sexual. Mas, ao mesmo tempo, fiquemos atentos às estratégias de sobrevivência e de resistência de meninas e mulheres negras em condições desumanas numa formação social racista capitalista. Eles disseram em entrevista que elas: 1. Sabiam tudo sobre sexo. 2. Nunca forcei ninguém. 3. Elas gostam. 4. Não sabiam (os rapazes) nada porque apenas experimentavam. 5. São menos desejadas sexualmente, são do tipo feia. 6. Não são o tipo que os meus conhecidos procuram pra namorar, pra casar. 7. Quem não quer transar com o filho do patrão? - intercursos sexuais em condições violentas em posições hierarquicamente desiguais, desumanizadas como objeto sexual em situações de abuso, estupro, intimidações – entre homem branco e filho do patrão, por um lado e menina pobre “morena”, de outro. (CONRADO, 2008, p. 179).

6.2 Programa Co-Tutela Capes (Ufpa- Université Paris 13)

O preconceito [o racismo] é um fardo
que confunde o passado, ameaça o futuro e torna o presente inacessível.

Maya Angelou

Em 2006, através do Programa de co-tutela Université Paris 13 e Capes/Cofecub – Comité Français d’Évaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique, em parceria com a UFPA, passei um mês em Paris. Quando desembarquei em Paris, lembro-me de que o agente, no aeroporto, olhava para mim com muita atenção e indagava sobre o passaporte que estava vazio. Era o meu primeiro passaporte. Antes dessa viagem, eu só tinha ido a congressos para dois países da América do Sul: Argentina e Uruguai que não precisam de passaporte. Nenhuma viagem de turismo internacional. Totalmente fora da minha realidade econômica tal possibilidade.

O seu olhar me acompanhou, após a minha entrada, até eu me distanciar. Cabe lembrar que a França não precisa de visto para entrada.

A minha agenda em Paris era composta de visitas institucionais acadêmicas, dentre elas assisti à palestra na EHESS: *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e visitei a ONG SOS Racismo. Na Universidade de Paris 13, fiz apresentação sobre *Problématiques brésiliennes: a questão racial no Brasil*, na turma de mestrado profissional dessa Universidade. Na sala de aula, os estudantes negros ficavam concentrados de um lado e os estudantes brancos, do outro lado da sala. No corredor do meio, as cadeiras ficavam vazias. Na Universidade Paris 13, apresentei a partir de minhas experiências de pesquisa a temática gênero, raça e violência.

Heribert Schmitz também, na mesma missão que eu, colega da Faculdade de Ciências Sociais tirou uma foto de um cartaz com um homem negro envolto na bandeira francesa em uma estação do metrô de Paris e, embaixo da foto, estava escrita a seguinte frase: A França também é nossa! A quebra de estereótipos do tipo francês do imaginário ocidental porque Paris é fortemente negra e árabe.

Em um episódio fiquei chocada, como daquelas vezes que a gente paralisa e depois se cobra porque não respondeu, não agiu porque, na verdade, não há momento de descanso para o povo negro. Dentro do trem, em direção a Paris 13, eu estava absorta com a conversa de jovens africanos e/ou negros franceses descendentes de africanos tentando entender o que diziam quando uma professora branca, francesa dessa universidade, sentada ao meu lado, disse, em tom de sussurro, que não era um bom francês para aprender e que eu não prestasse a atenção porque era “francês de colônia”.

Quando se diz que vai a Paris ou se viaja a Paris, há um glamour e eu quis, em um mês, sair dessa superficialidade problemática que encanta e deslumbra quem está mergulhado na visão de mundo colonialista, porém deve sim ser aproveitada a cidade como eu fiz desde o momento em que acordei até a hora de dormir por 30 dias. No entanto, além da magnitude de Paris sob o ponto vista turístico e de sua beleza a cada *quartier*, a cada esquina, quatro coisas gostaria de assinalar: 1) é só se afastar um pouquinho dos pontos turísticos que a população africana e de origem africana francesa é predominantemente tamanha, como se pode perceber nas ruas o que me faz remeter a esse cartaz que mencionei acima, apesar de não residirem dentro de Paris, onde eu me encontrava, mas nos arredores e/ou subúrbios (*banlieues*); 2) a

forma absurda e racista que os árabes são tratados bem como os africanos e seus descendentes franceses; 3) as referências racistas como lugar sujo, cheiro de urina e coisas degradantes à população oriunda e descendente do Magreb localizada no noroeste da África que inclui Marrocos, Argélia e Tunísia; e 4) No segundo dia de visita ao Museu do Louvre, na parte térrea onde ficam localizados os pertences egípcios, saí de lá tonta, arrasada e tive que sentar do lado de fora por alguns minutos para tentar me recompor diante de um pequeno país ali chamado Egito com suas riquezas históricas de cunho cultural em sua imponência e vastidão no térreo. Foi a mesma sensação que tive, anos depois, em 2014, em Toronto, no *Royal Ontario Museum*, na ala chamada de *First Nations* sobre os indígenas canadenses, vítimas de genocídio e violências das mais cruéis. A lógica doentia de se construir um museu a partir da própria dizimação que promoveram. No mesmo ano, tive a mesma sensação com a riqueza das alas dos países africanos ainda no *Royal Museum* em Toronto e em visita ao Instituto de Arte de Chicago.

6.3 Visita ao Missouri como missão acadêmica no fortalecimento de lideranças afrodescendentes em conexão com o Brasil

O negro é povo no Brasil.
Guerreiro Ramos

Durante os dias 26 de setembro até 9 de outubro de 2007, com o financiamento da Partner's Companheiros das Américas, segui viagem conhecendo muitos membros da ONG em várias cidades do Estado do Missouri/EUA. A atividade foi organizada por Stephen Jeanetta, Professor da Universidade de Missouri/EUA, na época, e membro da Partner's do Programa Community Development Academy com a seção dirigida por uma organização popular de mulheres afro-americanas, o Círculo da Esperança. Eu me reuni com a Dra. Gwen Turner, professora associada da University of Missouri - St. Louis, em uma reunião com a Equipe de Assistência Técnica Instrucional do Distrito Escolar da Normandia. O Normandy School District atende alunos pobres e de classe média; a maioria desses alunos são afro-americanos.

“O povo contra a pobreza” que é uma Organização de Recursos de Apoio Familiar. Programa nacionalmente reconhecido e dirigido pela Sra. Gloria Taylor. A Sra. Taylor recebeu prêmios nacional e internacional por seu trabalho com mulheres e famílias atendendo mulheres de todas as raças.

Na visita à Universidade de Missouri, assisti aos pôsteres de pesquisa de vários alunos de graduação que estavam se organizando para a conferência sobre Paz e Diversidade a ser realizada dias depois. Eu trouxe a potência da Amazônia a partir da militância de mulheres oriundas das suas comunidades e ainda dissertava sobre as minhas pesquisas desenvolvidas na busca de trocas e conexões que era o objetivo da missão.

Eu fiz uma apresentação sobre Miscigenação, Racismo e Mulheres Negras no Programa Multicultural da Southern Illinois University Carbondale sobre o mito da descoberta do Brasil, o mito do paraíso Tropical, o mito das três raças, ideologia da branquira – como nomeei naquele momento, crítica à Miscigenação como ponto de vista positivo na construção da Nação Brasileira, o mito da democracia racial e os desafios do multiculturalismo. No Missouri, eu não era vista como mulher negra, mas sim como mulher latina, em primeira mão, porque a construção de brasileiro/a local era de estudantes para a nossa leitura indiscutivelmente brancos que contribuíram muito na tradução da longa exposição de mais de duas horas com auditório lotado de universitários estadunidenses em um sábado à tarde. Estavam curiosos sobre a desmitificação do Brasil como país da mestiçagem.

Fui agraciada e homenageada pela participação e apoio ao Latin Heritage Month. Visitei a ONG HOPE HOUSE que é uma casa abrigo às mulheres em situação de violência em Kansas City. Em Jefferson City, capital do Missouri, visitei a Lincoln University, uma universidade majoritariamente voltada para a comunidade negra do estado, fundada por ex-combatentes afro-americanos da Guerra Civil, com o objetivo de que seus descendentes não fossem mais analfabetos e que tivessem formação educacional. Ainda nessa missão fiz uma apresentação no Black Culture Center, na Universidade de Missouri, cujo espaço é destinado para temáticas africanas e questões sobre o Brasil fogem a uma visão acadêmica que leva a pensar a diáspora e a africanização do nosso país.

Durante a missão, houve situações de racismo que tive de enfrentar porque o racismo é diário e independe de onde você, como negra, negro e negre esteja. No supermercado, a funcionária da caixa registradora me virou as costas, não querendo registrar a minha compra. Fui barrada quando fui conhecer o polo esportivo da Universidade de Missouri acompanhada do Prof. Steve daquela mesma universidade, branco, estadunidense de descendência italiana. Ele disse que nunca soube de situação como essa ao explicar ao segurança que eu era uma professora convidada conhecendo o campus. Aproveitei, em nome de um preço mais acessível nos EUA, comprei um *notebook* e, após o pagamento, o próprio Steve me contou que se fosse

ele, ao fazer a compra, teria sido oferecido também uma impressora. Era um padrão de venda oferecer uma venda casada de *notebook* com impressora.

O debate racial era a questão principal nas conversas. Com os professores negros da Lincoln University – uma universidade majoritariamente negra, voltada majoritariamente para a comunidade afro-americana, pude entender a dinâmica do racismo estrutural em um dos estados mais racistas do país em conversa que ganhou um outro rumo quando ficamos a sós sem a presença de pessoas brancas. Em minhas conversas com intelectuais brancos, havia uma tautologia que eu identifiquei que estava em voga no debate nessa missão quando buscavam justificar a “dificuldade” de contratação de negros por não acharem profissionais qualificados em nome do cumprimento das políticas de ação afirmativa daquele país. Não há muitos negros na Universidade, logo não há (muitos) docentes negros. Não há (muitos) docentes negros porque não há (muitos) negros na Universidade e em outros postos de trabalho que exigem formação técnico-profissional e acadêmica. São evidentemente narrativas de poder de privilégio branco.

6.4 Caminhos da (in)formação: sobre a Lei Maria da Penha

LIGUE

180Central de Atendimento à Mulher

Em 2008, busquei garantir investimento para a produção de duas cartilhas como tecnologia de informação e comunicação, uma voltada para profissionais que trabalham diretamente nos serviços de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, e outra voltada para as usuárias (mulheres em situação de violência) que procuram pelos serviços. O intuito foi democratizar, para a população de Belém, atendimentos disponíveis (serviços específicos voltados à mulher, conforme as diretrizes sancionadas pela Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha) e seu efetivo funcionamento, levando-se em conta a escassez de *folders*, cartilhas, guias informativos que informem, orientem e abordem o assunto em contexto local, regional para o tratamento, acompanhamento e resolução dos casos de violência doméstica e familiar. Para as cartilhas “Em debate: o atendimento à mulher” e “Caminhos da (in)formação - Lei Maria da Penha contra a violência doméstica em Belém do Pará”, busquei financiamento através do Fundo Partners, do governo dos Estados Unidos sendo contemplada com Fundos de Assistência a Projetos (Pequena Doação) com o Projeto *Caminhos da (in)formação - Lei Maria da Penha contra a violência doméstica em Belém do Pará*.

Para ampliar e atingir o maior número possível de pessoas, estabeleci parceria com a Coordenadoria da Mulher do Estado para distribuição gratuita. A cartilha, *Violência Doméstica e Familiar: caminhos da (in)formação* trazia, por meio de histórias fictícias, situação de violência e como cada uma delas poderia ser tipificada pela Lei Maria da Penha e as novidades da Lei como medida protetiva e em que situações buscar apoio policial e direitos ao enquadrar cada história a cada artigo da Lei. Atingiu também centenas de mulheres do Estado do Rio de Janeiro via sindicato de professores.

Para tipificação das histórias que construí para a cartilha, contei com a minha orientanda de mestrado de direito, Vivian Vidal, e com prefácio e revisão da Promotora Sumaya Pereira que teve um papel protagonista em Belém na efetivação da Lei Maria da Penha. Consegui outras fontes de financiamento como o MEC anos depois e o Governo do Estado do Pará, por meio da Coordenadoria da Mulher, atingindo, aproximadamente, o total de 5.000 exemplares, ao longo dos anos de 2008 e 2009. A ideia foi a confecção de material informativo e educativo, com caráter inovador.

Eu destaco essa Iniciativa por causa do firme propósito do Grupo NOSMULHERES/UFPA que estava nascendo para ser um espaço, dentro da universidade, capaz de fornecer subsídios para a efetivação de políticas públicas de gênero em contexto local, conforme preceitua o Plano Nacional de Política para as Mulheres, de acordo com a assinatura feita pelo Governo do Estado do Pará, no ano de 2007, com a Secretaria Especial de Política para as Mulheres - o que o fez incluir o Pará no Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Dediquei-me, com a militância de mulheres, em promover oficinas em escolas e em diversos setores como a saúde, associação de bairros, percorri municípios do estado levando a cartilha e falando sobre a Lei Maria da Penha.

6.5 Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e Pós-Graduação em Direitos Humanos

Educação não deve simplesmente ensinar trabalho,
mas deve ensinar a vida.

W. E. B. Du Bois

Como docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais que, depois, se tornou Programa de Sociologia e Antropologia, em 2005, passei a fazer parte como colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Direito, no Mestrado em

Direitos Humanos quando as disciplinas que ofertei estavam abertas para ambos os Programas.

Em 2005, comecei a fazer parte da Pós-Graduação em Direito como professora colaboradora quando se deu a implementação do Programa de Mestrado em Direitos Humanos financiado pela Fundação Carlos Chagas. A Pós-Graduação do Programa de Direito – PPGD levou a considerar a importância da interdisciplinaridade como perspectiva de formação em Direitos Humanos que visava ampliar a ótica de direitos humanos universal em nome da recomendação da Fundação Carlos Chagas. Esse foi o motivo que me levou a fazer parte e trabalhar com a disciplina que elaborei para a minha integração, a de Direitos Humanos das Mulheres.

Acerca da temática de gênero em perspectiva racializada, foquei a minha inserção para a temática Direitos Humanos das Mulheres em torno das estratégias políticas que envolvem a análise da constituição das identidades de gênero através das organizações e/ou movimentos sociais de mulheres que, por sua vez, imprimem sua marca na luta pelo reconhecimento de direitos fundamentais que, inscritos nas declarações, pactos e acordos internacionais assinados pelo Brasil e, também, na própria Constituição Federal de 1988, que, em seu art. 5º, preconiza a igualdade de gênero.

Um dos grandes desafios a enfrentar ao longo da minha carreira acadêmica é o tempo do relógio acadêmico que exige maior (ou quase exclusiva) dedicação às leituras das epistemologias dominantes. Lembrando Audre Lorde (2019, p. 137) “que a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica”.

6.6 2008: nasce o NOSMULHERES. Pela equidade de gênero étnico-racial

Eu não acho que as coisas devem ser feitas como uma andorinha sozinha.

Eu acho que tem que ter mais pássaros voando.

Não existe nada mais angustiante do que você pousar em um poleiro
olhar para um lado, olhar para o outro e ver que você tá sozinho.

Milton Gonçalves

A compreensão conceitual de interseccionalidade é uma marca política-acadêmica no trabalho desenvolvido no grupo NOSMULHERES que estabelece articulações e parcerias interinstitucionais importantes [e, fundamentalmente, de modo imprescindível, com o movimento negro local.

Denise Cardoso, colega da Faculdade de Ciências, me acompanhou na solicitação para a direção do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) de um espaço pequeno que estava sem uso no IFCH para o NOSMULHERES. A Direção, na época, disse não. Aí, insistimos até a terceira vez. A direção, mostrando-se irritada com a persistência, respondeu como resposta oficial: tá, pode ficar! Foi assim que nasceu o NOSMULHERES.

Por causa da pandemia, surgiu uma alternativa que é um grupo de *WhatsApp* com dezenas de pessoas que já circularam e se fortaleceram com os debates constantes seguindo suas carreiras, somadas àquelas que permanecem e se engajaram em trocas e compartilhamento de material bibliográfico e atividades. Hoje, contamos com Milton, Ana Célia, Evillys, Darlah, Gabriela, Carina, Diogo, João, Flávia, Leticia, Máira, Eugênia, Lorena, Marcelo, Natália, Simone, Thiane, Wal e Cedric. E tantas outras pessoas preciosas que transitam conosco, que navegam conosco. Debates em fluxo contínuo que trazem a quebra de estereótipos para que possamos contribuir na construção de outros sentidos, outras narrativas, outras versões.

O NOSMULHERES ocupa uma sala com, aproximadamente, cinco metros quadrados como um de outros espaços representativos para questões negras sob bases interseccionais, ganha simbolismo político-acadêmico na luta antirracista e antissexista no interior de uma determinada universidade e, em seu contexto específico, como base epistemológica negra em nome da heterogeneidade de pessoas que circulam, fazem parte e se referenciam como pertencentes com nome, sobrenome, histórias e interesses singulares, mas que se enredam.

Arrisco dizer que foi o primeiro grupo de pesquisa que trouxe o debate sobre feminismo negro para o interior do campus Guamá na luta com base teórica e metodológica para desenvolvimento de pesquisas cimentado através de grupos de estudos como instrumento e ferramenta de análise. O que podem ter em comum territórios da negritude em uma universidade da Amazônia? O ataque ao racismo potencializado em luta antirracista já que território da negritude é eminentemente território de resistência. O GEAAM -NEAB, por exemplo, é um território de resistência já consolidado bem antes do NOSMULHERES.

A criação do NOSMULHERES nos levou a estreitar a relação acadêmica e militância negra com mais de 50 eventos organizados entre minicursos, seminários, rodas

de conversa, grupos de estudos anuais sobre relações raciais, feminismo descolonial e feminismo negro, cursos de aperfeiçoamento para professoras e professores da rede básica com a promoção e apoio do MEC e CLAM-UERJ, elaboração de cartilhas sobre a Lei 11.340/2006 com financiamento da ONG PARTNER´S. O objetivo do NOSMULHERES foi se ampliando para o campo de pesquisas das relações raciais, dos feminismos negro e descolonial e do movimento feminista e de mulheres, das masculinidades e dos efeitos sociais do racismo nas trajetórias de mulheres negras e homens negros de diferentes contextos sociais.

Com as leituras dos feminismos negros, trouxemos reflexões que colocam em evidência a necessidade de abordagens numa perspectiva interseccional sobre experiências de homens negros e de experiências de mulheres negras, a partir deles/as mesmos/as que validem, contestem e se reinventem em constantes definições e negociações de/para um nós coletivamente compartilhado. E de como práticas racistas fundamentam ao justificar cada vez mais as relações sociais de poder e de combate, por exemplo, ao racismo institucional. E tomar classe, raça, gênero e sexualidade como campos articulados da experiência. Nesse sentido, “sabemos que esses dois campos teórico-políticos (movimentos e academia) não estão completamente separados”, Escobar (2014, p.70).

6.7 A migração se deu por sua causa Universidade Federal do Pará (2011-2019) – Parte II – em destaque dois Pós-Doutorados

O imaginário brasileiro, pelo racismo, não concebe reconhecer que as mulheres negras são intelectuais.

Conceição Evaristo

Em 2012, no livro organizado por Matilde Ribeiro, docente da UNILAB que foi Ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, publiquei o artigo, em coautoria com Nazaré Rebelo, *Mulheres Negras Amazônicas: ação, organização e protagonismo nas práticas políticas* in Matilde Ribeiro (org.), *Reflexões sobre a institucionalização das políticas de igualdade racial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012, pp. 219-43.

Em 2013, busquei ampliar meus horizontes de pesquisa e, ao longo de algumas leituras, fui me apaixonando por trabalhar com migrações internacionais de mulheres brasileiras, tendo como base a importância da racialização sobre migração e mobilidade. Nessa perspectiva, desenvolvi o projeto *O Retorno para “casa”: depoimentos de*

mulheres brasileiras sobre “vivendo no exterior” em que problematizei o que denomino de experiência no exterior que ganhou sentido nos depoimentos de mulheres brasileiras em suas temporadas ou residência fora do Brasil que se configurou no momento da entrevista sobre o retorno “definitivo” para o seu país de referência cultural.

A inteligibilidade de práticas sociais sob a perspectiva de gênero, raça, classe, sexualidade e nacionalidade foi o objetivo central do projeto. A questão central foi compreender de que modo a diversidade das experiências sociais que as mulheres brasileiras possam vir a ter, sob padrões tradicionais de desigualdade de gênero, raça e classe, constrói saberes e dita normas e significados distintos nos Estados Unidos e em países do continente europeu, tendo em vista como a brasilidade que lhes confere estatuto erotizado e sexualizado que as inferioriza e as desiguala em contextos internacionais distintos acentuaria diferentes e múltiplos registros.

Em 2014, a partir dos dados e pesquisa realizada, no primeiro momento, elaborei o projeto para candidatura ao Pós-Doutorado em Antropologia para Universidade de York, Toronto, Canadá quando fui contemplada, após submissão ao Edital da Capes com a bolsa de Estágio Sênior - CAPES. Durante a minha estadia em Toronto, de agosto a dezembro de 2014, também fui Professora Visitante do Centro de Pesquisas da América Latina e Caribe – CERLAC da mesma Universidade.

A escolha da Universidade de York e, em especial, da professora Kamala Kempadoo, que me foi indicada pela Profa. Adriana Piscitelli, como supervisora do estágio pós-doutoral, se deu por sua sólida e ampla produção acadêmica em temas relacionados aos feminismos transnacionais, as perspectivas críticas sobre gênero e desenvolvimento sob bases interseccionais e a literatura especializada sobre negritude no universo caribenho. Foi a primeira vez que pude encontrar, como orientadora, uma intelectual negra. Nós nos tornamos amigas. A minha despedida de Toronto foi celebrada com uma festa de despedida oferecida por ela às amigas e amigos com comida típica caribenha. Apresentei os resultados da pesquisa em palestra conferida intitulada *Going back ‘home’: Testimonies of Brazilian women ‘living abroad’* no CERLAC para professores da York, brasileiros e estudantes dessa mesma universidade.

O pós-doutorado contribuiu para o fortalecimento das atividades de pesquisa e formação de recursos humanos nas áreas de Ciências Sociais, na Graduação de Ciências Sociais, no Mestrado em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Direito e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade

Federal do Pará, com a socialização dos conhecimentos adquiridos na Universidade de York por meio de disciplinas na graduação e pós-graduação.

Em 2014, a convite do GEAM, em livro organizado por Marilu Marcia Campelo, Zélia Amador de Deus e Raimundo Jorge de Jesus, intitulado *Entre os rios e as florestas da Amazônia* publiquei, em formato de capítulo de livro, *O protagonismo de mulheres negras*. Belém, Ed. UFPA, 2014 p.283-287

Em 2015, publiquei, em coautoria com Marilu Campelo e Alan Ribeiro, o artigo *Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense*, na *Revista Afro-Ásia*, da Universidade Federal da Bahia. vol.52 p. 213-246. E, em busca de fomentar o debate sobre masculinidades negras, tendo como base o feminismo negro, em coautoria com Alan Ribeiro que um tempo depois passou a ser docente da Universidade Federal do Oeste do Pará- UFO-PA, publiquei o artigo *Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate* pela *Revista de Estudos Feministas*, em 2017.

Assumi a tarefa de selecionar artigos para publicação do livro digital *Prostituição, tráfico e exploração sexual: diálogo multidisciplinar* publicado em Portugal, Lisboa, Ed. VESTNIK. 2016. Em 2005, organizei um evento que reuniu mais de 100 pessoas no período de greve na UFPA, o Seminário *Rotas (mais que) perigosas: exploração sexual e tráfico de mulheres em contexto transnacional* para dar visibilidade ao tráfico de pessoas com representantes da ONG SODIREITOS e do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Aeroporto Internacional de Guarulhos-SP.

Em 2017, fui integrada ao Programa de pós-doutorado da Unicamp para desenvolver o projeto: *Vou lá. Mas volto (...). Migrações de mulheres de Belém- Pará para Paramaribo- Suriname*, sob a supervisão de Adriana Piscitelli, no Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU, no período de agosto de 2017 a julho de 2018.

O objetivo deste estudo foi o processo migratório e de mobilidades da capital Belém do Pará para capital de Suriname de mulheres Amazônidadas, em especial, e de homens sob a perspectiva de migração de retorno à capital paraense. Fiz viagem de campo a Paramaribo, com financiamento próprio, para entrevistas com brasileiras e brasileiros residentes no país. Uma das questões que norteou este estudo foi compreender a racialização/sexualização das mulheres Amazônidadas/brasileiras em mobilidade.

A pesquisa se deu entre 2017 e 2018, a partir de depoimentos de mulheres e homens Amazônidadas, em suas temporadas ou residência fora do Brasil, e de filhos de

brasileiras e brasileiros nascidos no Suriname, em entrevistas presenciais e conversas informais, na capital surinamesa e em Belém, e entrevistas via *WhatsApp* em termos de suas próprias circunstâncias locais/regionais e contextos específicos, segundo interpretações trazidas do que, recorrentemente, nomeiam como “vou lá, mas volto” que é constituído por estratégias, dinâmicas e planejamentos para suas mobilidades, trânsitos e deslocamentos. Busquei enfatizar como as abordagens interseccionais podem nos permitir reconhecer a complexidade da experiência de vida pelas pessoas em mobilidade ou em condição migratória e de como gênero e sexualidade passam a ter importância e são reconfiguradas por meio da experiência da mobilidade.

Apresentei a pesquisa em uma mesa redonda na ANPOCS *Migração, fronteira e racialização: Do orientalismo ao racismo*¹¹ em 2021. No Webinário Amazônia Negra em 2020¹², fruto de esforço coletivo de integrantes NOSMULHERES, evento sob a coordenação de Lorena Pontes. Publiquei, em 2021, *Vou lá. Mas volto (...)* Migrações de mulheres Amazônidadas para Paramaribo-Suriname como capítulo na edição (*Trans*) *Fronteriza: movilidades y diásporas negras en las Americas* organizado por Handerson Joseph; Bruno Miranda também apresentado no *Webinário Amazônia Negra*, na Mesa redonda *Mobilidades, Fronteiras e Deslocamentos* que ganhou formato de *ebook*, em 2022, contendo toda as apresentações do evento intitulado: *Segunda geração de brasileiros em Paramaribo e jovens brasileiros em mobilidade: uma etnografia*.

De 2011 a 2017, participei do Plano Nacional de Formação de Professores/ PARFOR que me deu oportunidade de conhecer e explorar realidades educacionais em outros municípios do estado. Realizei orientações em Soure - Ilha do Marajó, Bragança, Tucuruí, Santarém, Colares, Cametá e Gurupá.

Em 2019, a importância da docência na graduação que sempre valorizei convocando a questão racial ao enegrecer as leituras antropológicas e em orientações de Iniciação Científica e Orientações de TCC, como exemplo, levou à publicação de dois artigos a partir dos projetos de pesquisa que orientei de Maíra e Tainara, ao discutirem sobre produtos de suas pesquisas com a minha participação, em coautoria em *Negritude em movimento: lutas, debates e conquistas da negritude amazônica*, organizado por Alef Monteiro, Maira Martins e Marilu Campelo. PINHEIRO, T. CONRADO, M., SANTOS, J. “Esse lugar é para mim?”: Racismo e práxis decolonial na Universidade

¹¹ <https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/apresentacao>

¹² Ver <https://nosmulheresblog.wordpress.com/2020/11/23/webinario-amazonia-negra-imagens-narrativas-e-saberes-em-dialogo/>

Federal do Pará. *In* Negritude em movimento: lutas, debates e conquistas da negritude amazônica. Belém, GEAAM, 2019, p. 14-26

NERY, M. M.; CONRADO, M.; MARTINS, J. Implicações das teorias sobre gênero e raça ao estudo da simbologia racial do cabelo de mulheres negras em Belém *In* Negritude em movimento: lutas, debates e conquistas da negritude amazônica. Belém, GEAAM, 2019, p. 114-126

Tal experiência é sempre incentivada para orientandos de mestrado e doutorado em apresentações e publicações nas edições do Seminário Internacional Fazendo Gênero, como exemplo. Recentemente foi publicado com pesquisa em andamento para fins de dissertação GONÇALVES, Leticia C., CONRADO, Mônica. "A Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento: processos de enfrentamento à Covid-19 por mulheres do arquipélago do Marajó (PA)". *In* Revista Gênero na Amazônia, 2021. p.105-114.

6.8 – Mini Curso Lélia Gonzalez

Não pode ser seu amigo quem exige seu silêncio.

Alice Walker

Você se forma em Ciências Sociais e não lê Lélia Gonzalez que merece destaque. Hoje em dia, nas Ciências Sociais, gradativamente, por causa de intelectuais negres, essa realidade vem sendo mudada a partir da pesquisa feita por Alex Ratts e Flávia Rios¹³. Em 2019, o Minicurso *Diálogos com Lélia Gonzalez* que ministrei teve como objetivo estudar, debater e apresentar obras dessa grande intelectual. A inscrição era a arrecadação de itens para doação aos migrantes venezuelanos, a cada sessão. A proposta era trazer o que Lélia nos ensinou sobre a africanização do nosso território brasileiro para mostrar a existência de uma africanização que há na Amazônia Brasileira e que precisa ser contada. O capitalismo produz essas desigualdades, racialmente falando, ou seja, não há possibilidade, depois de ler Lélia, de pensar as desigualdades sociais sem trazer raça e gênero para o centro do debate. E chamar a atenção de que há heterogeneidades entre nós, negras, entre nós, negros e negres. A experiência desse minicurso me levou a publicar, em formato de capítulo de livro, *O meu patrimônio é o meu modo de vida, que ainda não é história: a Amazônia Negra e contribuições de Lélia Gonzalez* no livro organizado por Tanya Saunders, Luciane Ramos-Silva & Sarah Soanirina Ohmer pela WSQ. *Feminist Press* em 2021. *In: Solidão*. New York, WSQ, vol.19 2021 p.278- 296 <https://www.feministpress.org/books-n-z/wsq-solidao>

¹³ RATTIS, Alex, RIOS, Flávia. *Retratos do Brasil Negro*. Rio de Janeiro, Ed. Selo Negro, 2010.

7 - Persistindo, resistindo

Existem anos que fazem perguntas, e anos que respondem.

Seus olhos viam Deus.

Zora Neale Hurston, RJ, Ed. Record, 2021.

Por causa do movimento negro e, na Universidade, do Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAM-NEAB), temos as cotas raciais que possibilitaram a entrada, no ensino superior, de universitárias negras e negros, quilombolas. Precisamos, ainda, muito mais, enegrecermos as produções de conhecimento acadêmicas. Então, o que acontece? Nós temos eventos, datas, porque acabam sendo isso, mas você tem uma luta que é diária de docentes negras e negros para cada Faculdade que fecha o número em uma única mão.

Em fevereiro de 2024, terminei o Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco, sob a supervisão de Benedito Medrado com o seguinte projeto *Negritude Amazônica como resistência e base de mobilidade popular* para dar ênfase a processos de subjetivação e práticas coletivas que subsidiam material e aprendizado para o aprofundamento de análise investigativa sobre a luta antirracista protagonizada por mulheres negras Amazônidas.

Como mulher negra, está muitíssimo longe ainda de alcançarmos um patamar, por exemplo, do universo de pós-graduandos e, muito menos, de docentes com pós-doutoramento. O compromisso social do aumento de temas e, sobretudo, de pessoas de grupos sub-representados no Ensino Superior, de Pós-Graduação e Pesquisa em universidades brasileiras, considerando que a população negra, no Brasil, é de mais de 50%, se faz fundamental, inclusive, para a diversidade de grupos raciais que atuam em suas áreas de conhecimento, com chances mais equitativas no que concerne a sua formação e aprimoramento, para maior representatividade na produção científica do país como prioridade.

Questões trazidas aqui sobre a dificuldade de seguir carreira universitária e de seus percalços, em um debate indispensavelmente racializado e generificado, publicado, em 2020, o seguinte artigo pela Revista *Humanitas: Legitimação de saberes e produção de conhecimento sob o ponto de vista de uma acadêmica negra militante a partir de uma universidade na Amazônia*. vol 1, p.69-84

E travando mais frentes de aprendizados a partir do aprofundamento de leituras de estudos pós-coloniais, decolonialidade e feminismos decoloniais, venho

umentando, como debate, a questão do racismo epistêmico organizando *workshops* e em grupos de estudo. O que conclamo, como desarticulação do racismo epistêmico, é a ruptura de hierarquização de saberes vinculados aos corpos docente e discente que emanam linguagens e modos de vida em suas heterogeneidades e, portanto, como produtores de conhecimento em espaços acadêmicos.

O que me deixa muito contente é o entusiasmo dos próprios estudantes de pós-graduação quando, ao término das disciplinas, submetem os textos de avaliação final para periódicos me contando sobre tal feito. Já houve situações, em parceria com uma doutoranda e um doutorando que, após a apresentação do trabalho e em construção coletiva, publicamos (CONRADO, Mônica; EUSÉBIO, Albino José; CASTRO, Brenda Cardoso), nos anais do Congresso como produto das leituras feitas na disciplina de Estudos Pós Coloniais que ministrei em 2016. Em 2017, publicamos, nos Anais do II Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos. Organizado pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - NAEA p.20709-20721.

A tematização política-antropológica de construções que são trazidas para a academia não sendo algo originalmente construída dentro dos espaços acadêmicos como territórios da negritude, Amazônia negra e o debate sobre a categoria afroindígena.

O debate sobre território da negritude em espaços acadêmicos, com um olhar direcionado para a região Amazônia e suas potencialidades. O Webinar Internacional *Amazônia Negra: imagens, narrativas e saberes, em diálogo* ocorreu, integralmente, por modalidade virtual, nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2020, e teve como propósito reafirmar as conexões necessárias da academia com as perspectivas e saberes militantes produzidos dentro e fora da universidade.

Os principais eixos foram os movimentos negros em sua intelectualidade e contribuição crítica no reconhecimento da heterogeneidade amazônica com várias convidadas. Para trazer ainda território da negritude, como via de análise interpretativa, a publicação do artigo *Territórios da negritude em espaços acadêmicos*, no NOVOS DEBATES - FÓRUM DE DEBATES EM ANTROPOLOGIA, em 2022

Sobre a categoria afroindígena debatida em mesa redonda com convidadas, durante a pandemia, organizada pelo NOSMULHERES, publico, em coautoria com Thiane Monteiro Neves Barros, o artigo "A categoria afroindígena na Amazônia paraense: usos, confluências e ambivalências em debate acadêmico", *Revista Horizontes Antropológicos*, (UFRGS) vol. 28 2022. p.227-246

As epistemologias negras vêm sendo trazida com muita luta, abrindo espaços no próprio plano curricular de cursos e áreas, tanto de graduação como de pós-graduação dentro da UFPA. Pretendo trazer para a pós-graduação mais disciplinas, como venho fazendo.

Porém, acredito que o caminho que trilhei e fiz seria mais difícil ainda em outra universidade do país. Voltar ao mesmo lugar quando anunciei as águas da orla do Guamá que moraria – eu não disse lecionar, mas de fazer morada por que somente assim se faz compreender a complexidade amazônica. Em 2003, após 15 anos, o meu retorno ao mesmo lugar como docente tem sim algo que me faz acreditar que era na UFPA onde eu iria fazer meu caminho após o doutoramento.

Segundo bell hooks e Cornell West (2017), o intuito é promover um pensamento crítico além dos ditames acadêmicos como base. O que precisamos ainda é enriquecer a universidade de trabalho intelectual (negro, indígena, cigano e de tantos outros mais) colocado em segundo plano em nome das epistemologias dominantes. Persistimos e resistimos! Confesso me sentir esgotada, muitas vezes, mas, ao mesmo tempo, cheia de energia para realizar sonhos. Herdei de meu pai a expansividade trazida na alegria de viver! É um paradoxo, mas vidas negras vivem sob paradoxos, dilemas, contradições e conflitos com determinação, arrancando momentos alegres nisso tudo e com muita coragem. Só de estarmos vivos é sinal de anúncio de muita coragem.

O que era um sonho: *fazer uma faculdade* porque era algo muito distante, fora da minha realidade social, como sonho sonhado posto inatingível para aquela menina em meados dos anos 1980, vem mudando onde predomina um padrão único e exclusivo de pessoas brancas que nunca se surpreenderam com suas mesas, encontros, congressos e seminários somente compostos por elas mesmas na universidade em nome da cegueira racial à sua volta que nos hierarquiza nos inferiorizando.

O *fazer uma faculdade* acabou não sendo uma conquista de realizar um sonho de sonhar sozinha. Alimentei sonhos coletivos e lutei e luto por eles, transformando este sonho em algo coletivo que vai além de cursar uma faculdade em minha trajetória, mas o que ela representa em minha vida e na vida de muita gente pelas barricadas a enfrentar. Tomo aqui emprestada a frase de Harriet Tubman:¹⁴ “Todo grande sonho começa com um sonhador.”

¹⁴ Harriet Tubman (março de 1822 — 10 de março de 1913) foi uma abolicionista e ativista estadunidense. Nascida escravizada, Tubman escapou e, subsequentemente, fez 19 missões para resgatar cerca de 300 pessoas escravizadas. https://pt.wikipedia.org/wiki/Harriet_Tubman. Capturado: 3.06.2023

Referências

- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARDOSO, Hamilton. Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra no Brasil – Reflexões. *In: SADER, Emir (Org.). Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo, Cortez, 1987, p. 82-104.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo. O pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 965-986, setembro-dezembro/2014.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *ESTUDOS AVANÇADOS* 17 (49), 2003
- COLLINS, Patrícia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016, p. 99-127.
- COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.
- CONRADO, Mônica. Legitimação de saberes e produção de conhecimento sob o ponto de vista de uma acadêmica negra militante a partir de uma universidade na Amazônia. *In Humanitas*, v. 1, n. 1/2, 2020, p. 69-84.
- CONRADO, Mônica. A juventude negociada entre a vida adulta e a adolescência: uma abordagem sobre gênero, cor, violência e sexualidade. *In: Nortes Antropológicos: trajetos, trajetórias*. ORGs: Wilma Marques Leitão e Raymundo Heraldo Maués. Belém; EDUFPA, 2008.
- ESCOBAR, A. *Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAUULA, 2014.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira (uma abordagem político-econômico). LUZ, Madel T. *In: O lugar da mulher* (estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro, Edições GRAAL, 1982
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Primavera para as rosas negras*. Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018. p.190-214.
- hooks, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 3, p.464-478, 1995.

hooks, bell. Reflections on race and sex. *IN: Yearning. Race, gender and cultural politic*. Boston: South and Press, 1990.

hooks, bell, WEST, Cornell. *Breaking Bread. Insurgent Black Intellectual Life*. Nova York, 2017.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Belo Horizonte, Autêntica, 2019.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, São Paulo: NAU/USP, ano 2, versão 2.0, fev. 2008.

PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*. Ed. Brasiliiana, 1971.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. *In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Org.). Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte - MG: Nandyala Livros e Serviços Ltda, 2009, v. 1, p. 81-108.